

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Prezados Acionistas,

A administração da AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê Energia" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as suas demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

## PERFIL

A AES Tietê Energia é uma das maiores companhias privadas de geração de energia renovável do Brasil em termos de capacidade instalada, com 20 anos de experiência no setor energético brasileiro e um portfólio diversificado e complementar de ativos de geração, que compreende fontes de energia hidrelétrica, eólica e solar.

As units da Companhia são negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. sob o código T1ET11, sendo cada unit formada por 4 ações preferenciais e 1 ação ordinária de emissão da Companhia. As units integram o Índice de Energia Elétrica ("IEE") e o Índice de Sustentabilidade Empresarial ("ISE") da B3. Adicionalmente, a Companhia também possui American Depositary Receipts ("ADRs") negociadas no Nível I no mercado de balcão ("OTC Markets") norte-americano ("AESTY"), com a paridade entre as ADRs e as ações da Companhia na razão de uma ADR para uma unit.

## Portfólio

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). Atualmente, o portfólio de ativos da AES Tietê conta com uma capacidade instalada total de 3.343 MW, sendo 2.658 MW hídrico, 386 MW eólico e 299 MW solar, incluindo uma planta de geração distribuída.

Além disso, a Companhia possui em desenvolvimento parte de seu pipeline eólico, que adicionará 244,9 MW de capacidade instalada quando finalizada, e duas plantas de geração distribuída, que juntas incrementarão em 8,5 MW a capacidade instalada do portfólio da AES Tietê. Ainda, a Companhia possui 260 MW de pipeline eólico para desenvolvimento que estão sendo negociados. Após a finalização dos projetos em desenvolvimento e pertencentes ao pipeline, o portfólio da Companhia contará com 3.936 MW de capacidade instalada.

### Fonte Hídrica

O portfólio hídrico da Companhia é composto por nove usinas hidrelétricas ("UHEs") e três pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs").

Usinas Hidrelétricas	Localização (Estado)	Entrada em Operação	Unidades Geradoras	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física Bruta (MWm)	Vencimento da Concessão
Água Vermelha	SP	1978	6	1.396,2	731,0	dezembro/2029
Bariri	SP	1969	3	143,1	62,7	dezembro/2029
Barra Bonita	SP	1963	4	140,8	47,8	dezembro/2029
Caconde	SP	1966	2	80,4	33,2	dezembro/2029
Euclides da Cunha	SP	1960	4	108,9	49,2	dezembro/2029
Ibitinga	SP	1969	3	131,5	70,3	dezembro/2029
Limoeiro	SP	1958	2	32,0	14,8	dezembro/2029
Nova Avanhandava	SP	1982	3	347,4	132,1	dezembro/2029
Promissão	SP	1975	3	264,0	98,8	dezembro/2029
PCH Mogi	SP	1997	2	7,2	4,0	dezembro/2029
PCH S. Joaquim	SP	2011	1	3,0	1,3	dezembro/2032
PCH S. José	SP	2012	2	4,0	1,6	dezembro/2032
<b>Total Portfólio Hídrico</b>			<b>35</b>	<b>2.658,4</b>	<b>1.246,8</b>	

### Fonte Eólica

Em 03 de agosto de 2017, a AES Tietê Energia concluiu a aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, o primeiro ativo eólico do portfólio da Companhia. Em novembro e dezembro de 2019, a Companhia anunciou a realização de dois contratos de compra e venda de energia, que serão supridos pelo Complexo Eólico Tucano, o qual tem início de construção previsto para 2021.

Complexos Eólicos	Localização (Estado)	Entrada em Operação	Unidades Geradoras	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física Bruta (MWm)	Energia Assegurada <sup>1</sup> (MWm)	Fim do PPA	Fim da Autorização
<b>OPERAÇÃO</b>								
<b>Complexo Alto Sertão II</b>								
LER 2010	BA	2014	230	386,0	184,7	179,8		
LEN 2011	BA	2015	100	167,6	83,2	76,2	agosto/33	maio/46
			130	218,4	101,5	103,6	dezembro/33	abril/47
<b>DESENVOLVIMENTO</b>								
<b>Complexo Tucano</b>								
Fase 1 <sup>2</sup>	BA	–	–	244,9	118,2	105,6		
Fase 2	BA	–	–	77,5	39,0	34,0	dezembro/42	–
				167,4	79,2	71,6	dezembro/36	–
<b>PIPELINE</b>								
<b>Complexo Tucano</b>								
Fase 3	BA	–	–	259,6	–	–	–	–

<sup>1</sup>Garantias físicas à P50; <sup>2</sup>Fase 1 considera apenas a participação de 50% da AES Tietê no Projeto.

### Fonte Solar

Em 3 de setembro de 2018, a AES Tietê Energia concluiu a aquisição do Complexo Solar Guaimbê, que passou a contribuir para o resultado da Companhia a partir do mesmo mês.

Em 2017, por meio da aquisição da Fase 1 e comercialização da Fase 2 em leilão, a AES Tietê Energia adicionou o Complexo Solar Ouroeste ao seu portfólio de ativos. O complexo teve entrada em operação comercial faseada, sendo que a primeira delas iniciou operação comercial em 14 de agosto de 2019 e a segunda iniciou sua operação comercial em 29 de novembro do mesmo ano.

Complexos Solares	Localização (Estado)	Entrada em Operação Comercial	Unidades Geradoras	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Energia Assegurada (MWm)	Fim do PPA	Fim da autorização
<b>OPERAÇÃO</b>								
<b>Complexo Guaimbê</b>								
Complexo	SP	fevereiro/18*	557.490	150,0	29,5	29,5	setembro/37	junho/50
<b>Complexo Ouroeste</b>								
Fase 1	SP	agosto/19	522.760	144,1	35,7	35,7	–	–
Fase 2	SP	novembro/19	246.240	69,1	15,9	15,9	outubro/38	junho/51
			276.520	75,0	19,8	19,8	dezembro/40	junho/53

\*aquisição em setembro de 2018

O portfólio da Companhia também conta com projetos de Geração Distribuída, em diferentes formatos:

Geração Distribuída	Localização (Estado)	Entrada em Operação Comercial	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Prazo PPA (anos)
<b>OPERAÇÃO</b>					
<b>Drogaria Araújo</b>					
	MG	4T19	5,0	1,2	10
<b>DESENVOLVIMENTO</b>					
<b>Farmácias São João</b>					
	RS	2S20	3,2	0,8	12
<b>Mc Donald's</b>					
	MG/SP/RJ	2S20	5,3	1,3	12
<b>PIPELINE</b>					
<b>Geração Compartilhada</b>					
	MG/SP	–	2,0	–	–

## ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E COMERCIAL

A AES Tietê Energia dedica seus esforços e trabalha para se tornar uma plataforma diversificada de geração renovável, diferenciando-se por sua excelência como gestora de ativos e pela presença global do grupo AES. A meta da Companhia é crescer sua capacidade de geração, diversificando seu portfólio com fontes sem risco hidrológico e contratos de longo prazo. Pilar central dessa estratégia é a diligência na avaliação das oportunidades de crescimento, sempre prezando pela geração de valor aos seus acionistas.

O histórico de construção e operação da AES Corp em grandes empreendimentos de geração qualifica e dá o suporte necessário para a execução desta estratégia, que está em linha com as perspectivas tanto dos consumidores, cada vez mais exigentes e atuantes, quanto dos acionistas da Companhia, que buscam crescimento e retornos financeiros adequados.

De modo a cumprir com esta estratégia, a AES Tietê Energia segue com três frentes de atuação:

**Crescimento:** busca de ativos que: (i) possibilitem sinergias operacionais quando integrados à plataforma da Companhia, inclusive com o seu acionista controlador AES Corp; (ii) permitam a otimização de sua estrutura de capital, com apreciação do retorno da Companhia; (iii) agreguem fontes de geração complementares ao portfólio da AES Tietê Energia, com contratos de longo prazo para a redução de riscos e o aumento da previsibilidade da receita; e (iv) apresentem retornos atrativos.

O crescimento da Companhia também se dá por meio de inovação e implementação de novas tecnologias. A AES Tietê Energia trabalha na estruturação de uma plataforma comercial integrada de produtos e soluções inovadoras de energia, atuando de ponta a ponta, com soluções de pronta entrega e sob medida para levar aos seus clientes uma oferta flexível e centrada nas suas necessidades;

**Estratégia comercial:** foco na otimização da margem comercial do portfólio integrado da Companhia vis a vis o risco hidrológico. A AES Tietê Energia atua para reduzir a volatilidade de sua margem e aproveitar as oportunidades de mercado por meio de estudos de inteligência setorial, antecipação das tendências de preços de curto prazo, estreito relacionamento com os clientes e agilidade na implementação da estratégia; e

**Excelência operacional:** garantir e incrementar a eficiência na operação da Companhia, que anda em linha com a estratégia de crescimento mencionada.

A AES Tietê Energia está focada na identificação de projetos que permitam capturar valor mediante o incremento de performance proporcionado por uma equipe qualificada de O&M e uma gestão diligente de seus ativos. Outro ponto de destaque é a centralização das operações de todas as plantas do portfólio pelo Centro de Operação da Geração de Energia (COGE), garantindo a gestão eficiente dos ativos. A Companhia, de forma mais ampla, tem como objetivo garantir a excelência de sua operação, incluindo a otimização de sua estrutura de capital que serve de suporte para a estratégia de crescimento.

Como resultado dessa estratégia, diversos produtos e soluções estão sendo customizados para cada perfil de cliente. Um exemplo é a geração de energia por meio de fazendas solares, nos modelos de geração distribuída e compartilhada.

Ainda em linha com as fontes renováveis, a AES Tietê Energia foi pioneira na comercialização de I-RECs no Brasil, certificado global que comprova a geração de energia por meio de fontes renováveis, certificando seu uso, garantindo rastreabilidade, valorização e engajamento da marca do usuário com as causas ambientais.

Em paralelo, a Companhia também tem se posicionado no mercado de armazenamento de energia por meio de baterias ("energy storage"). Com o aumento no uso de fontes cada vez mais intermitentes e sazonais, as soluções por meio de baterias permitem o armazenamento da energia para uso futuro, conforme curva de consumo ou de preço, sem interrupção e de forma segura, com respostas praticamente instantâneas.

Os investimentos em inovação continuam sendo foco da empresa, que busca constantemente as melhores práticas, seja por meio de desenvolvimento interno ou programas de aceleração de startups. O objetivo é simples: criar soluções disruptivas e de fácil aplicação, capazes de agregar funcionalidades e facilitar a vida dos usuários.

## GESTÃO COMERCIAL DO PORTFÓLIO DE ENERGIA

Desde 2016, a AES Tietê Energia implementou uma estratégia dinâmica e ativa de curto, médio e longo prazos para a mitigação do risco hidrológico. A estratégia da Companhia está pautada na gestão do portfólio, com monitoramento constante das exposições mensais, buscando oportunidades comerciais para geração de valor e redução da volatilidade na geração de caixa. Essa estratégia pode ser dividida em três frentes:

(i) **Nível de contratação:** o nível de contratação do portfólio é utilizado como hedge para absorver o rebaixamento da garantia física causado pelo GSF (risco hidrológico) ao longo do ano. A decisão do nível de contratação ótimo é feita com base na visão da Companhia de risco e retorno. Importante ressaltar que esse nível pode ser alterado mês a mês para condizer com a sazonalidade do recurso hídrico e/ou condições comerciais favoráveis.

A hidrologia atípica de 2019 possibilitou que a Companhia se aproveitasse de oportunidades comerciais para elevar significativamente o nível de contratação de seu portfólio para os próximos anos, com preços de venda acima do portfólio hídrico atual. Tais vendas aproximam a Companhia dos níveis de contratação estimados como ótimos para os anos futuros e garantem maior previsibilidade em seus resultados.

(ii) **Compra de energia:** estratégia em que a Companhia compra energia de forma antecipada para venda de acordo com sua estratégia de sazonalização de energia para o ano, com foco na proteção da margem comercial. A Companhia fechou mais contratos de compra de energia para o ano de 2019 do que para 2018, principalmente para reforçar sua posição nos meses mais secos do ano, sendo que as compras para 2019 foram todas feitas em 2018. Essa estratégia teve efeito positivo principalmente no terceiro trimestre. O impacto da redução do custo com compra de energia pode ser visto com mais detalhes na seção de Desempenho Financeiro deste relatório; e

(iii) **Alocação da garantia física ("GF"):** a alocação de parte da garantia física de forma tática é parte da estratégia de sazonalização de energia mencionada no tópico anterior. Neste ano, a Companhia executou o plano de deslocamento da garantia física dos primeiros meses do ano para os meses de estação seca, com o objetivo de melhor posicionamento frente a expectativa de GSF (risco hidrológico) e preço spot. Abaixo é possível observar o deslocamento e a alocação da garantia física por trimestre.

Alocação de GF	1T18	1T19	2T18	2T19	3T18	3T19	4T18	4T19
Energia Aloçada/Desloçada (MWm) <sup>1</sup>	-109	-50	+29	-77	+108	+69	-31	+57
GF aloçada	19%	15%	24%	22%	31%	34%	26%	29%

<sup>1</sup> comparação entre o cenário em que a Companhia segue a alocação do MRE com 100% de suas usinas versus a estratégia atual

A combinação das estratégias de compra de energia com a de alocação de GF resultam na composição da energia disponível para venda do ano.

## EFICIÊNCIA OPERACIONAL

### Fonte Hídrica

#### Energia Gerada

Em 2019, o volume total de energia gerada pelas usinas hidrelétricas foi de 10.542,7 GWh, um aumento de 16,8% quando comparado com o mesmo período de 2018 (9.029,5 GWh), reflexo do:

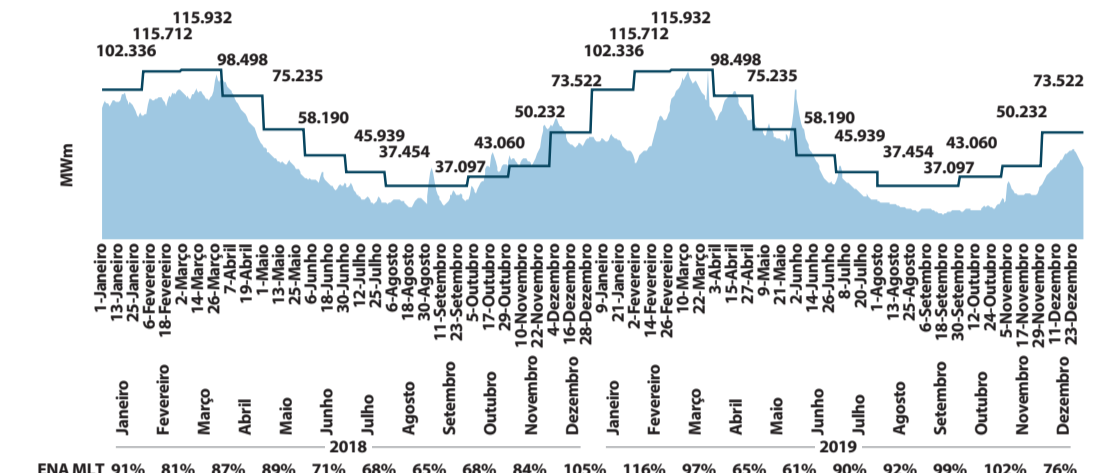
(i) crescimento de 24,6% na geração das usinas localizadas na Bacia do Rio Grande, devido a melhor afluência verificada no período (68,3% da MLT em 2019 versus 63,2% em 2018) combinado ao nível de reservatório mais elevado da Usina Água Vermelha no início de 2019 (31,9% versus 22,0% no início de 2018, valor próximo ao limite mínimo para operação), que corresponde a 52,5% da capacidade hidráulica instalada e ~50% da garantia física hídrica da Companhia e foi responsável por 53,3% da geração do período; e

(ii) crescimento de 6,0% na geração das usinas localizadas na Bacia do Rio Tietê, devido a melhor afluência no período (99,7% da MLT em 2019 versus 85,7% em 2018). As usinas localizadas nesta Bacia foram responsáveis por 38,3% da geração do período.

Geração - Usinas Hidrelétricas (GWh)	2018	2019	Variação
<b>Energia Gerada Bruta</b>	<b>9.029,5</b>	<b>10.542,7</b>	<b>16,7%</b>
Água Vermelha	4.673,6	5.618,8	20,2%
Bariri	546,1	626,7	14,8%
Barra Bonita	465,1	523,3	12,5%
Caconde	168,6	321,1	90,5%
Euclides da Cunha	272,0	412,7	51,7%
Ibitinga	640,7	618,1	-3,5%
Limoeiro	80,2	122,4	52,5%
Nova Avanhandava	1.255,7	1.311,1	4,4%
Promissão	899,2	956,3	6,4%
Mogi/São Joaquim/São José	28,3	32,2	13,7%
<b>Energia Gerada Líquida</b>	<b>8.816,1</b>	<b>10.316,4</b>	<b>17,0%</b>

### Hidrologia Mensal Observada

(%MLT e MWm)



ENA MLT 91% 81% 87% 89% 71% 68% 65% 68% 84% 105% 116% 97% 65% 61% 90% 92% 99% 102% 76%

Fonte: CCEE

### Fonte Eólica

#### Energia Gerada

A geração bruta do Complexo Eólico Alto Sertão II em 2019 performou acima da registrada em 2018 (1.606,3 GWh em 2019 versus 1.541,4 GWh em 2018). A alta disponibilidade das máquinas, atualmente em 96,8%, também contribuiu para o bom resultado do período.

Geração - Parques Eólicos (GWh)	2018	2019	Variação
<b>Energia Gerada Bruta</b>	<b>1.541,4</b>	<b>1.606,3</b>	<b>4,2%</b>
LER 2010	657,6	684,0	4,0%
LEN 2011	883,8	922,3	4,4%

### Fonte Solar

#### Energia Gerada

Em 2019 a geração bruta dos complexos solares foi de 393,5 GWh dada a entrada em operação comercial de Guaimbê em setembro de 2018 e entra da em operação comercial da Fase 1 em agosto de 2019 e da Fase 2 em novembro de 2019.

Geração - Parques Solares (GWh)	2018	2019	Variação
<b>Energia Gerada Bruta</b>	<b>88,3</b>	<b>393,5</b>	<b>345,5%</b>
Guaimbê	88,3	267,1	202,4%
Ouroeste	–	126,4	–

<sup>1</sup> Ouroeste: Fase 1: em operação teste de março/19 a agosto/19; Fase 2: em operação teste de outubro/19 a novembro/19.

## EFICIÊNCIA ECONÔMICA/FINANCEIRA

### Desempenho Econômico Financeiro

Demonstração dos Resultados (R\$ milhões)	2019	2018	Variação (%)
Receita Operacional Líquida	2.049,7	1.923,5	6,6%
Custos e Despesas Operacionais <sup>1</sup>	(1.019,9)	(916,7)	11,3%
Lucro Bruto	723,1	731,1	-1,1%
Ebitda	1.029,8	1.006,8	2,3%
Receita (Despesa) Financeira	(355,1)	(315,1)	12,7%
Resultado Antes dos Tributos	368,0	416,0	-11,5%
Lucro Líquido	300,1	288,0	4,2%

<sup>1</sup>Não inclui Depreciação e Amortização

### Receita e Margem Líquida

Em 2019 a margem operacional líquida da Companhia foi de R\$ 1.374,6 milhões, um incremento de 2,9% quando comparada ao ano anterior (R\$ 1.336,4 milhões), resultado explicado pelo:

(i) incremento no valor de R\$ 80,3 milhões na margem solar, principalmente, devido a contribuição do Complexo Solar Guaimbê, que entrou em operação em setembro de 2018 e do Complexo Solar Ouroeste, que iniciou sua operação em agosto de 2019;

(ii) incremento de R\$ 44,9 milhões na margem eólica pela melhora significativa da velocidade média do vento ao longo do ano; efeitos compensados parcialmente pelo:

(iii) impacto positivo trazido pela oportunidade de descontração de parte do parque por meio do MCSD em 2018 que não se repetiu em 2019, no valor de R\$ 57,3 milhões; e

(iv) leve redução de 2,0% na margem hídrica (R\$ 20,3 milhões), devido principalmente a estratégia de alocação adotada pela Companhia para o ano e o cenário hídrico atípico, principalmente nos dois primeiros trimestres do ano. O resultado praticamente em linha foi alcançado pelo sucesso das estratégias de balanceamento do portfólio com objetivo de mitigar o cenário hidrológico atípico ao longo do ano.

### Despesas Operacionais

No ano, as despesas foram de R\$ 344,8 milhões em 2019, representando um aumento de 4,6% (R\$ 15,2 milhões) comparado ao acumulado de 2018 (R\$ 329,6 milhões). A variação é explicada por:

(i) incremento de R\$ 10,2 milhões pela inflação acumulada no período;

(ii) incremento de R\$ 7,9 milhões refletindo a entrada em operação dos nossos complexos solares e consultoria de apoio para à estratégia de crescimento da Companhia; parcialmente compensado por:

(iii) redução das despesas recorrentes em R\$ 2,1 milhões devido, principalmente, de créditos tributários e mudança de critérios contábeis.

### Ebitda

Em 2019, o Ebitda foi de R\$ 1.029,8 milhões, aumento de R\$ 23,0 milhões comparado ao resultado de 2018 de R\$ 1.006,8 milhões em função, principalmente, da contribuição dos ativos eólicos e solares que trouxeram incremento de R\$ 72,5 milhões, efeito parcialmente compensado pela leve redução da margem hídrica no em 2,0% na comparação dos períodos.

### Resultado Financeiro

Em 2019, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$ 355,1 milhões, R\$ 40,0 milhões acima da despesa registrada em 2018 (R\$ 315,1 milhões).

#### Receitas Financeiras

No acumulado do ano, as receitas financeiras somaram R\$ 84,7 milhões, resultado R\$ 22,1 milhões inferior ao mesmo período de 2018. Essa variação é explicada, principalmente, pela:

(i) menor renda de aplicações financeiras em R\$ 24,6 milhões em função da menor taxa de rentabilidade (99,46% do CDI em 2019 versus 103,56% do CDI em 2018) e também ao menor saldo médio aplicado.

#### Despesas Financeiras

Em 2019, a despesa financeira foi de R\$ 447,2 milhões em 2019, resultado 2,8% superior ao de 2018 (R\$ 435,2 milhões), devido principalmente pelo:

(i) aumento de R\$ 17,8 milhões na despesa com a atualização monetária do valor referente ao rebaixamento (GSF), em função de crédito de lançamento retroativo em 2018 dada alteração da forma de contabilização; e

(ii) aumento de R\$ 12,1 milhões devido aos gastos com o pré-pagamento de cerca de 50% das dívidas da carteira da Companhia com a 9ª Emissão de Debêntures que aconteceu em abril deste ano, sendo R\$ 6,1 milhões na linha de prêmio de resgate antecipado e R\$ 6,0 milhões na linha de encargos de dívida, referentes ao custo diferido do montante quitado; efeitos parcialmente compensados pelos:

(iii) maiores juros capitalizados em R\$ 12,3 milhões, reflexo dos maiores investimentos feitos pela Companhia no período; e

(iv) menor dispêndio com fiança e seguro garantia em R\$ 8,7 milhões pela troca do perfil da carteira, barateando esse custo.

### Lucro Líquido

Em 2019, o lucro líquido consolidado apurado foi R\$ 300,1 milhões, um aumento de 4,2% comparado com o ano anterior (R\$ 288,0 milhões). Além dos efeitos mencionados anteriormente, podemos destacar:

(i) redução de R\$ 60,2 milhões na linha de tributos, explicada pela a. diminuição do lucro antes do imposto de renda no comparativo dos períodos (R\$ 57,3 milhões em 2019 versus R\$ 109,4 milhões em 2018);

b. recebimento de créditos de anos anteriores relacionados ao benefício do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) no montante de R\$ 4,5 milhões; e

## Remuneração aos Acionistas

Ao longo de 2019, a Administração da Companhia distribuiu R\$ 205,1 milhões como dividendos intermediários dos três primeiros trimestres do ano e R\$ 44,4 milhões sobre a forma de JSCP, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Adicionalmente, a Administração da AES Tietê Energia submeterá à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, prevista para ocorrer em 29 de abril de 2020, a proposta de distribuição de dividendos complementares ao lucro líquido do exercício de 2019, no montante de R\$ 97,5 milhões, sendo R\$ 0,04884797191 por ação ordinária e preferencial e R\$ 0,24423985955 por unit.

O total R\$ 347,0 milhões de proventos, incluindo o montante a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária, resulta em uma relação de pagamento (dividend payout) de 116% no ano.

## Endividamento

Dívidas (R\$ milhões)	Montante <sup>1</sup>	Vencimento	Custo Nominal
<b>AES Tietê Energia<sup>2</sup></b>	<b>4.088,2</b>		
4ª Emissão de Debêntures - 3ª série	354,2	dezembro/20	IPCA + 8,43% a.a.
5ª Emissão de Debêntures	196,0	dezembro/23	IPCA + 6,54% a.a.
6ª Emissão de Debêntures - 2ª série	350,1	abril/24	IPCA + 6,78% a.a.
7ª Emissão de Debêntures - 2ª série	764,5	fevereiro/23	CDI + 1,30% a.a.
8ª Emissão de Debêntures	207,3	maio/30	IPCA + 6,02% a.a.
9ª Emissão de Debêntures - 1ª série	1.401,1	março/27	CDI + 1,00% a.a.
9ª Emissão de Debêntures - 2ª série	634,5	março/29	IPCA + 4,71% a.a.
9ª Emissão de Debêntures - 3ª série	180,6	março/29	IPCA + 4,71% a.a.
<b>AES Tietê Eólica</b>	<b>166,7</b>		
1ª Emissão de Debêntures - 1ª série	88,8	dezembro/25	IPCA + 7,61% a.a.
1ª Emissão de Debêntures - 2ª série	77,9	dezembro/25	IPCA + 7,87% a.a.

<sup>1</sup> Saldo contábil atualizado.

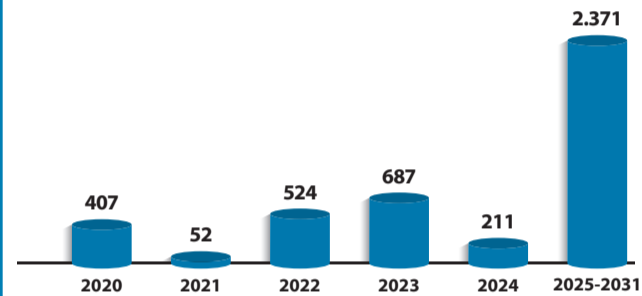
<sup>2</sup> Não considera arrendamento financeiro.

A dívida bruta consolidada da AES Tietê Energia encerrou 31 de dezembro de 2019 em R\$ 4.254,9 milhões, 3,1% superior à posição de dívida bruta em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 4.127,9 milhões) especialmente em função dos juros provisionados entre os períodos.

Em 31 de dezembro de 2019, as disponibilidades somavam R\$ 1.362,8 milhões, 31,8% superior ao valor registrado em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.034,0 milhões), principalmente em função da melhor geração de caixa entre os períodos, resultado da estratégia comercial adotada pela Companhia e refinanciamento da dívida realizado em abril de 2019, que resultou nos seguintes eventos:

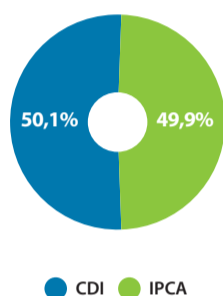
- 9ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 2,2 bilhões;
  - resgate antecipado da 1ª série da 6ª emissão de debêntures e da 1ª série da 7ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 689,1 milhões e R\$ 540,3 milhões, respectivamente, e
  - resgate antecipado do financiamento do BNDES, no valor de R\$ 651,6 milhões, e repasse do Banco do Brasil de R\$ 246,6 milhões, em sua subsidiária AES Tietê Eólica e, consequentemente, a aprovação de ajustes contratuais junto aos detentores da emissão de debêntures da AES Tietê Eólica, conforme descrito no item Estratégia de otimização de estrutura de capital abaixo.
- Desta forma, a dívida líquida consolidada no 4T19 era de R\$ 2.892,2 milhões, montante inferior em relação à posição registrada no mesmo período do ano anterior (R\$ 3.094,0 milhões), especialmente devido ao aumento da disponibilidade observado no 4T19.

### Cronograma de Amortização da Dívida<sup>1</sup> (R\$ milhões)



<sup>1</sup> Fluxo composto por amortização de principal.

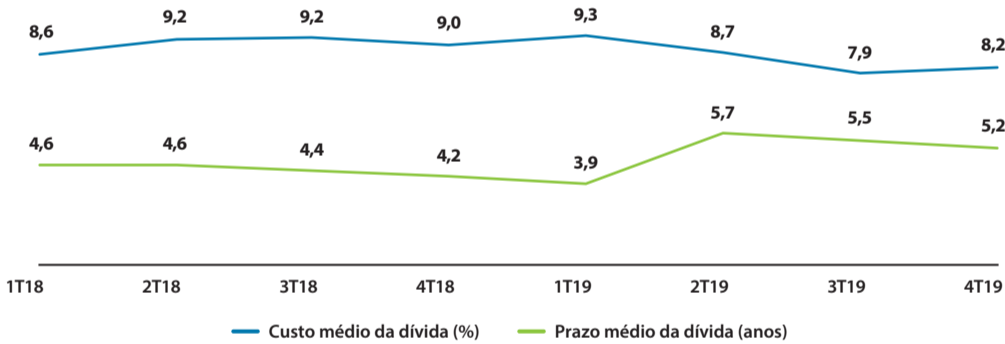
### Dívida Bruta por Indexador<sup>2</sup>



<sup>2</sup> Valores relativos ao principal. Não considera arrendamento financeiro.

Como parte de sua estratégia de buscar uma estrutura de capital otimizada, a Companhia tem buscado alongar o prazo médio e otimizar os custos de suas dívidas, como pode ser observado no gráfico abaixo.

### Custo<sup>3</sup> e Prazo Médio



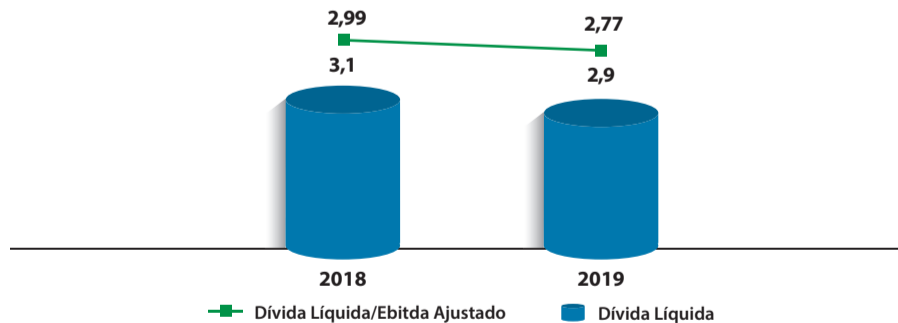
<sup>3</sup> Custo médio da dívida calculado com CDI diário (ano) e IPCA acumulado (últimos 12 meses) na data de fechamento do trimestre. Tanto custo quanto prazo referem-se ao principal da dívida.

### Covenants

O limite mais restritivo estabelecido pelas dívidas da Companhia é de 3,85x e o índice de cobertura de juros não poderá ser inferior a 1,50x. Em linha com a estratégia de diversificação de fontes da Companhia, as novas dívidas emitidas já possuem limite maior, variando entre 4,0x e 4,5x e com restrição do índice de cobertura de juros de 1,25x.

O índice de alavancagem (Dívida Líquida/Ebitda Ajustado) encerrou 2019 em 2,79x. O índice de cobertura de juros (Ebitda Ajustado/Despesas Financeiras) fechou 2019 em 3,00x.

### Dívida Líquida (R\$ bilhões) e Alavancagem (vezes)



## Investimentos

Em 2019, os investimentos somaram R\$ 342,8 milhões versus R\$ 433,0 milhões em 2018, principalmente pela:

- redução de R\$ 115,6 milhões nos investimentos realizados no Complexo Solar Ouroeste finalizados no 3T19; compensado parcialmente pelo;
- aumento de R\$ 21,9 milhões destinados à construção de projetos de geração distribuída; e
- incremento de R\$ 3,6 milhões no investimento de modernização e manutenção das plantas hídras e ativos já em operação.

Investimentos (R\$ milhões)	2018	2019	Varição
<b>Modernização e Manutenção</b>	<b>67,9</b>	<b>71,5</b>	<b>5,3%</b>
<b>Expansão</b>	<b>365,1</b>	<b>271,3</b>	<b>-25,7%</b>
Complexo Ouroeste	359,7	244,1	-32,1%
Geração Distribuída	5,4	27,3	409,0%
<b>Total Investimentos</b>	<b>433,0</b>	<b>342,8</b>	<b>-20,8%</b>
Juros Capitalizados	4,3	5,0	15,9%
<b>Total Investimentos + Juros</b>	<b>437,2</b>	<b>347,8</b>	<b>-20,5%</b>

## Plano de Investimento

A Companhia prevê investir R\$ 1,4 bilhão no período de 2020 até 2024, destinados à modernização e manutenção de seus ativos em operação e à expansão, com destaque para o início da construção do Complexo Eólico Tucano, conforme apresentado na tabela a seguir:

Investimentos - R\$ milhões <sup>1</sup>	2020E	2021E	2022E	2023E	2024E	Total 2020E-2024E
<b>Modernização e Manutenção</b>	<b>75,4</b>	<b>73,0</b>	<b>75,2</b>	<b>60,2</b>	<b>75,2</b>	<b>359,0</b>
<b>Expansão</b>	<b>149,6</b>	<b>402,1</b>	<b>460,6</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>1.020,3</b>
Complexo Eólico Tucano <sup>2</sup>	108,9	402,1	460,6	4,0	4,0	979,6
Geração Distribuída	40,7	-	-	-	-	40,7
<b>Total Investimentos</b>	<b>225,0</b>	<b>475,1</b>	<b>535,8</b>	<b>64,2</b>	<b>79,2</b>	<b>1.379,3</b>
Juros de Capitalização <sup>3</sup>	1,9	3,3	3,6	6,6	6,4	21,8
<b>Total Investimentos + Juros de Capitalização</b>	<b>226,9</b>	<b>478,4</b>	<b>539,4</b>	<b>70,8</b>	<b>85,6</b>	<b>1.401,1</b>

<sup>1</sup> Valores reais

<sup>2</sup> Considera participação de 50% da AES Tietê na Fase 1 (77,5 MW instalado) e 100% na Fase 2 (167,4 MW instalado) (R\$ 4 M/MW instalado)

<sup>3</sup> Não considera juros de capitalização sobre os novos projetos

## DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

A AES Tietê Energia busca desenvolver seus negócios de forma a criar valor em longo prazo para todos os públicos com os quais se relaciona, antecipando suas necessidades e atendendo as expectativas.

Nesse contexto, a sustentabilidade é a maneira pela qual a Companhia atua e negocia, estando atenta a contribuir para o desenvolvimento das regiões em que atua para aumentar impactos positivos e diminuir os negativos.

As Diretrizes de Sustentabilidade 2019/2023 visam a contribuir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), metas globais propostas pela ONU, e foram desenvolvidas em seis pilares e compromissos que definem os temas prioritários e as entregas:

- Desempenho econômico e operacional: Garantir uma sólida estrutura de capital e a otimização de ativos, com excelência técnica operacional das nossas atividades.
- Satisfação do cliente: Promover a melhor experiência para os nossos clientes, por meio do fornecimento seguro, sustentável e confiável de soluções de energia.
- Impacto Socioambiental: Impactar positivamente as comunidades locais e reduzir o impacto ambiental das nossas operações.
- Gestão ética e responsável: Criar um ambiente de desenvolvimento ético, seguro e diverso para os nossos colaboradores e fornecedores.
- Acessibilidade: Prover amplo e fácil acesso a soluções de energia por meio de tecnologias inovadoras.
- Inteligência Energética: Desenvolver soluções que viabilizem o consumo inteligente e eficiente de energia.

## Segurança e Meio Ambiente

Um dos principais compromissos socioambientais da AES Tietê Energia está relacionado com a segurança de colaboradores próprios, contratados e população no entorno das usinas.

A Companhia não registrou nenhum acidente com afastamento (Lost Time Incident - LTI) com colaboradores próprios e contratados e nenhum acidente sem afastamento (recordable) com colaboradores próprios em 2019. Como parte do seu Programa de Segurança, a AES Tietê Energia mantém os processos de segurança certificados na Norma ISO 45001:2018 e intensificou o Programa de Relatos de Eventos, incentivando a percepção dos riscos das atividades.

É importante destacar que, desde 2009, não foram registrados acidentes com a população que vive no entorno das operações.

Quanto ao desempenho ambiental, a Companhia mantém seus processos certificados na ISO 14001:2015 e todas as licenças de operação válidas. Em 2019 houve redução de 4811CO<sub>2</sub> de gases efeito estufa.

## Comunidade

No relacionamento com as comunidades das regiões em que atua, a Companhia tem o objetivo de promover o desenvolvimento social e fortalecimento das capacidades locais e, para tanto, realiza investimentos próprios e com a utilização das leis de incentivo à cultura e ao esporte.

Em 2019, a AES Tietê Energia manteve sua atuação social com projetos sociais desenvolvidos em municípios vizinhos às suas operações.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia busca constantemente alinhar e atender os interesses de todos os públicos de relacionamento (*stakeholders*) e para que sejam considerados nas principais decisões corporativas adota uma estrutura de governança corporativa alinhada à melhores práticas do mercado.

A AES Tietê Energia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

O Conselho de Administração ("CA") é composto por até 11 membros e respectivos suplentes, eleitos pelos acionistas em Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos e tem como principal responsabilidade o direcionamento estratégico da Companhia e fiscalização dos atos da Diretoria.

O mandato atual teve início em abril de 2019 e é composto por 11 membros dos quais 7 foram indicados pelo acionista controlador, 2 são independentes, 1 foi indicado pela BNDESPAR nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia e 1 pelos empregados da AES Tietê Energia conforme determina o Estatuto Social.

O CA constituiu em junho de 2017 dois comitês de assessoramento - o Comitê de Remuneração e Pessoas e o Comitê de Sustentabilidade - ambos de natureza não estatutária. Com a função de assessorar o CA em matérias de sua competência tais comitês contam com a participação de conselheiros independentes e especialistas em cada assunto.

Por sua vez a Diretoria é composta por 2 membros, um Diretor Presidente e uma Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores, responsáveis pela execução da estratégia aprovada pelo CA e pela execução dos negócios da Companhia. A Diretoria conta com um Comitê de Riscos para identificação e monitoramento dos riscos envolvidos em todas as áreas da Companhia.

A estrutura de governança corporativa conta, ainda, com um Conselho Fiscal ("CF") instalado anualmente pelos acionistas, que tem como principais funções a fiscalização dos administradores em suas obrigações legais e estatutárias, com reporte direto para a Assembleia Geral. O CF é composto por até 5 membros e respectivos suplentes com 2 eleitos pelo acionista controlador, 1 pela BNDESPAR nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia e 2 pelos acionistas minoritários e preferencialistas.

Demais informações tais como a estrutura e currículo dos administradores e membros do Conselho Fiscal podem ser acessados no Formulário de Referência da Companhia.

Por ser subsidiária da The AES Corporation, companhia de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Nova York, a AES Tietê Energia possui controles internos em conformidade com os requerimentos da Lei Sarbanes-Oxley ("SOX"), cujo objetivo é assegurar a confiabilidade de seus controles internos e demonstrações contábeis.

## Estrutura Acionária

### Estrutura Acionária

Em 07 de agosto de 2019, a Assembleia Geral de Acionistas da AES Tietê Energia aprovou o aumento do capital social da Companhia decorrente da capitalização parcial da Reserva Especial de Ágio, por meio de subscrição privada no montante de R\$ 58,0 milhões, com a emissão de 17.057.152 ações preferenciais e 11.090.552 ações ordinárias. A homologação das novas ações emitidas aconteceu em 19 de setembro de 2019.

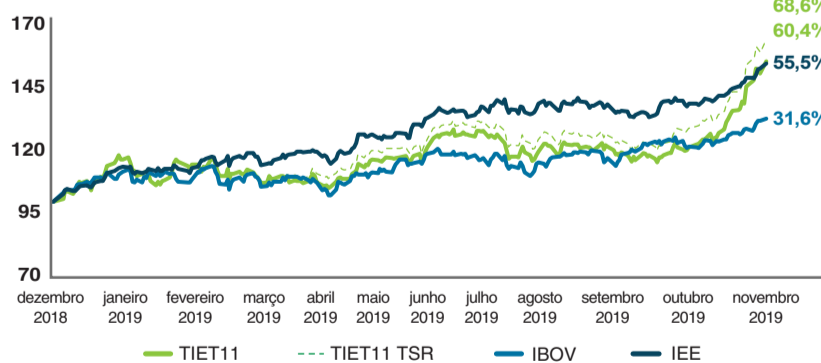
Em 30 de setembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da AES Tietê Energia era de R\$ 474,6 milhões, representado por ações ordinárias e preferenciais, conforme detalhado a seguir:

Estrutura Acionária	ON	% ON	PN	% PN	Total	% Total
AES Holdings Brasil	484.391.716	61,61%	1.562.372	0,13%	485.954.088	24,35%
BNDESPAR	113.392.035	14,42%	453.554.431	37,51%	566.946.466	28,41%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	31.675.125	4,03%	126.700.500	10,48%	158.375.625	7,94%
Ações em Tesouraria	3	0,0%	12	0,0%	15	0,0%
Outros	156.806.257	19,94%	627.450.165	51,89%	784.256.422	39,30%
<b>Total</b>	<b>786.265.136</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.209.267.480</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.995.532.616</b>	<b>100,0%</b>

## MERCADO DE CAPITALIS

Em 2019, as units da Companhia apresentaram valorização de 60,4%, quando comparadas a 2018, encerrando o ano cotadas a R\$ 16,07. Em relação aos indicadores de mercado, no mesmo período, o IEE valorizou 55,5% e o Ibovespa 31,6%, encerrando o ano em 76.627 pontos e 115.645 pontos, respectivamente. Ao longo de 2019, o volume médio diário negociado foi de 1.282 mil units frente a 1.034 mil units em 2018, representando um aumento de 23,9%. O gráfico abaixo demonstra o desempenho das units:

### AES Tietê Energia x Ibovespa x IEE x TSR\* BASE 100 - 28/12/2018



Fonte: Bloomberg  
\* Total Shareholder Return - Retorno total ao acionista.  
(Considera a variação das cotações e os dividendos declarados no período).

## AUDITORIA INDEPENDENTE

Ao longo do exercício de 2019, a AES Tietê Energia utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S ("EY"). Em 2019, os serviços prestados pela EY foram (i) auditoria das demonstrações contábeis e revisão especial das Informações Trimestrais ("ITRs") preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas contábeis internacionais (IFRS); (ii) auditoria para fins de consolidação pela controladora indireta The AES Corporation, sediada nos Estados Unidos da América; (iii) Revisão do Relatório de Controle Patrimonial - RCP, elaborado de acordo com as normas regulatórias da ANEEL; (iv) emissão de relatórios de asseguarção limitada sobre as análises trimestrais de apuração dos índices financeiros em cumprimento à clausula 8ª das Escrituras das 4ª, 5ª e 6ª Emissões de Debêntures; e (v) realização de procedimentos previamente acordados afim de atender às disposições dos Despachos nº 512 de 10 de fevereiro de 2011 e nº 1.976 de 24 de julho de 2013, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira, da Aneel, referente ao Manual dos Programas e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.

O valor total dos serviços acima descritos totaliza R\$2.191.869,51 (Dois milhões, cento e noventa e um mil, oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e um centavos). Os serviços (i), (ii), (iii) acima, possuem prazo de contratação de um ano e foram contratados em 01/04/2019, os serviços descritos no item (iv) vigorarão até dois meses após a divulgação de resultados referente a 31 de dezembro de 2019 e foram contratados em 01/04/2019, já os serviços descritos no item (v) possuem prazo de contratação de 48 meses, contados a partir de 01/06/2016.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da EY, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia, e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.080	103.591	31.838	152.816	Fornecedores	14	1.190.419	1.047.239	1.228.330	1.111.808
Investimentos de curto prazo	4	1.117.550	848.268	1.330.916	881.148	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	425.420	57.701	461.804	120.927
Contas a receber de clientes	5	252.430	378.042	342.508	438.825	Passivo de arrendamento	17	714	-	1.063	-
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	14.607	13.822	23.626	11.859	Tributos a pagar	15	20.775	47.429	26.296	52.424
Cauções e depósitos vinculados	9	39.388	35.410	46.901	73.790	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	38.867	41.585	38.867	41.585
Outros ativos	10	15.527	14.057	29.370	27.584	Provisões para processos judiciais e outros	19	3.594	3.933	43.346	36.410
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.449.582</b>	<b>1.393.190</b>	<b>1.805.159</b>	<b>1.596.022</b>	Encargos setoriais	20	18.299	11.921	18.459	12.004
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						Outras obrigações	21	67.211	47.306	85.759	65.917
Contas a receber de clientes	5	13.075	13.075	13.075	13.075	<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.765.299</b>	<b>1.257.114</b>	<b>1.903.924</b>	<b>1.441.075</b>	
Tributos diferidos	7	-	-	3.357	1.276	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Créditos fiscais de ativos incorporados	8	107.483	123.576	107.483	123.576	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	3.662.808	2.985.659	3.793.141	4.007.001
Cauções e depósitos vinculados	9	51.441	69.641	107.431	159.765	Passivo de arrendamento	17	19.509	-	61.664	-
Outros ativos	10	15.176	2.029	8.273	4.647	Tributos diferidos	7	315.051	367.588	315.233	367.662
Investimento	11	2.971.023	1.797.605	-	-	Obrigações com entidade de previdência privada	18	89.001	32.139	89.001	32.139
Imobilizado, líquido	12	2.808.342	2.912.681	5.535.588	5.487.291	Provisões para processos judiciais e outros	19	98.361	92.491	98.361	92.491
Intangível	13	41.505	42.711	218.546	216.953	Encargos setoriais	20	9.726	15.788	9.726	15.788
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.008.045</b>	<b>4.961.318</b>	<b>5.993.753</b>	<b>6.006.583</b>	Outras obrigações	21	46.702	80.255	76.692	122.975
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>7.457.627</b>	<b>6.354.508</b>	<b>7.798.912</b>	<b>7.602.605</b>	<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>4.241.158</b>	<b>3.573.920</b>	<b>4.443.818</b>	<b>4.638.056</b>	
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						Capital social subscrito e integralizado	22	474.607	416.646	474.607	416.646
						Reserva de capital	22.1	141.552	199.078	141.552	199.078
						Reservas de lucros	22.1	209.271	178.818	209.271	178.818
						- Legal	22.1	94.921	83.329	94.921	83.329
						- Reserva de investimentos	22.1	16.873	16.873	16.873	16.873
						- Proposta de distribuição de dividendos adicionais	22.1	97.477	78.616	97.477	78.616
						Ajustes de avaliação patrimonial	22.1	685.646	743.629	685.646	743.629
						Outros resultados abrangentes	22.1	(59.906)	(14.697)	(59.906)	(14.697)
						<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.451.170</b>	<b>1.523.474</b>	<b>1.451.170</b>	<b>1.523.474</b>	
						<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>7.457.627</b>	<b>6.354.508</b>	<b>7.798.912</b>	<b>7.602.605</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Reservas de capital					Reservas de Lucros					Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva especial de ágio	Remuneração de bens e direitos	Opções de ações outorgadas	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Legal	Reserva de investimentos	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Ajustes de avaliação patrimonial			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>416.646</b>	<b>186.570</b>	<b>9.405</b>	<b>2.414</b>	<b>117</b>	<b>(68)</b>	<b>83.329</b>	<b>8.463</b>	<b>47.678</b>	<b>801.742</b>	<b>1.394</b>	<b>-</b>	<b>1.557.690</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	287.963	287.963
<b>Resultado abrangente total:</b>														
Remensuração da obrigação de benefício definido	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.159)	-	(26.159)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração da obrigação de benefício definido	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.895	-	8.895
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.778	-	1.778
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(605)	-	(605)
<b>Transações com os acionistas:</b>														
Remuneração com base em ações		-	-	-	425	-	-	-	-	-	-	-	-	425
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201	201
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório de 2017 pagos	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.678)	-	-	-	(47.678)
Distribuição de dividendos intermediários	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(211.888)	(211.888)
Juros sobre o capital próprio declarados	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.363)	(47.363)
Venda de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	147	68	-	-	-	-	-	215
<b>Mutações internas do patrimônio líquido:</b>														
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(88.050)	-	88.050	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.937	-	(29.937)	-
Dividendos adicionais propostos - excedente ao mínimo obrigatório	23	-	-	-	-	-	-	-	-	78.616	-	-	(78.616)	-
Constituição de reserva de investimentos	23	-	-	-	-	-	-	-	8.410	-	-	-	(8.410)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>416.646</b>	<b>186.570</b>	<b>9.405</b>	<b>2.839</b>	<b>264</b>	<b>-</b>	<b>83.329</b>	<b>16.873</b>	<b>78.616</b>	<b>743.629</b>	<b>(14.697)</b>	<b>-</b>	<b>1.523.474</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300.119	300.119
<b>Resultado abrangente total:</b>														
Remensuração da obrigação de benefício definido	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.563)	-	(51.563)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração da obrigação de benefício definido	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.531	-	17.531
Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.723)	-	(2.723)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	926	-	926
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.380)	-	(9.380)
<b>Transações com os acionistas:</b>														
Remuneração com base em ações		-	-	-	435	-	-	-	-	-	-	-	-	435
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	520	520
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório de 2018 pagos	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(78.616)	-	-	-	(78.616)
Distribuição de dividendos intermediários	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(205.137)	(205.137)
Juros sobre o capital próprio declarados		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.416)	(44.416)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido:</b>														
Aumento de capital mediante capitalização parcial da reserva especial de ágio	22	57.961	(57.961)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(87.853)	-	87.853	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	29.870	-	(29.870)	-
Constituição de reserva legal	23	-	-	-	-	-	-	11.592	-	-	-	-	(11.592)	-
Dividendos adicionais propostos - excedente ao mínimo obrigatório	23	-	-	-	-	-	-	-	-	97.477	-	-	(97.477)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>474.607</b>	<b>128.609</b>	<b>9.405</b>	<b>3.274</b>	<b>264</b>	<b>-</b>	<b>94.921</b>	<b>16.873</b>	<b>97.477</b>	<b>685.646</b>	<b>(59.906)</b>	<b>-</b>	<b>1.451.170</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>25</b>	<b>1.678.374</b>	<b>1.712.322</b>	<b>2.049.723</b>	<b>1.923.533</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
<b>Custo com Energia Elétrica</b>	<b>26</b>	<b>(465.419)</b>	<b>(491.051)</b>	<b>(459.189)</b>	<b>(387.896)</b>
Energia elétrica comprada para revenda					
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	26	(134.295)	(132.879)	(154.716)	(149.517)
Taxa de fiscalização		(8.169)	(6.794)	(10.092)	(7.779)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(51.089)	(41.912)	(51.089)	(41.912)
<b>Custo de Operação</b>					
Pessoal e administradores		(133.557)	(123.689)	(134.779)	(126.589)
Entidade de previdência privada	18	(8.095)	(4.802)	(8.082)	(4.831)
Serviços de terceiros		(101.515)	(94.694)	(154.157)	(152.652)
Material		(12.738)	(9.236)	(13.907)	(15.314)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	19	(621)	(1.195)	(711)	(711)
Depreciação e amortização		(171.511)	(176.109)	(306.789)	(275.687)
Outras receitas e despesas operacionais	27	(17.392)	(20.671)	(33.142)	(29.053)
<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>		<b>(1.104.401)</b>	<b>(1.103.032)</b>	<b>(1.326.653)</b>	<b>(1.192.425)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>573.973</b>	<b>609.290</b>	<b>723.070</b>	<b>731.108</b>
Resultado de equivalência patrimonial	11	127.853	14.434	-	-
Amortização de intangível e mais-valia gerado em aquisições	11	(2.478)	(10.218)	-	-
Receitas financeiras	28	75.215	101.088	84.734	106.825
Despesas financeiras	28	(415.757)	(327.926)	(447.206)	(435.196)
Variações cambiais, líquidas	28	(2.064)	14.360	7.401	13.277
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(342.606)</b>	<b>(212.478)</b>	<b>(355.071)</b>	<b>(315.094)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>356.742</b>	<b>401.028</b>	<b>367.999</b>	<b>416.014</b>
Contribuição social	7	(22.288)	(35.537)	(26.614)	(39.051)
Imposto de renda	7	(52.321)	(93.686)	(61.226)	(100.358)
Contribuição social diferida	7	4.842	4.791	5.482	3.313
Imposto de renda diferido	7	13.144	11.367	14.478	8.045
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>(56.623)</b>	<b>(113.065)</b>	<b>(67.880)</b>	<b>(128.051)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>300.119</b>	<b>2</b>		

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tietê Energia S.A. ("Tietê", "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade por ações, de capital aberto, cuja sede está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

O início das operações da Companhia ocorreu em 1º de abril de 1999, após processo de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo - Cesp, e consequente privatização da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê (atualmente AES Tietê Energia S.A.) por meio do Edital de Privatização nº SF/002/99. A Companhia está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de duração de 30 anos vencendo em 2029, assim como a concessão da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Mogi-Guaçu. Já as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032. Adicionalmente, a Companhia possui as seguintes unidades produtoras de energia eólica e solar: Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Solar Guaiumbê e Complexo Solar Ouroeste, composto pela Planta Solar Boa Hora e Planta Solar Água Vermelha.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Os parques geradores em operação da Companhia possuem uma capacidade instalada total de 3.343,6 MW e garantia física de 1.497,9 MWm, compostos pelas fontes hidroelétrica, eólica e solares, incluindo geração distribuída:

Em 31 de dezembro de 2019, o percentual da energia assegurada vendida para o portfólio consolidado, considerando-se os projetos em desenvolvimento, é de 79%, 71%, 80%, 74% e 50%, para 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024 respectivamente, com preços médios de R\$ 168/MWh e R\$ 165/MWh para 2020 e 2021.

### 1.2 Geração eólica

#### Complexo Eólico Alto Sertão II

Parque Gerador	Contrato/Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW (i)
<b>Eólico</b>									
Ametista	LEN 02/2011	135/2012	15/03/12	14/03/47	35 anos	2015	17	28,6	11,4
Borgo	LEN 02/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	10,4
Caetitê	LEN 02/2011	167/2012	23/03/12	14/03/47	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Dourados	LEN 02/2011	130/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	LEN 02/2011	172/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	LEN 02/2011	107/2012	12/03/12	11/03/47	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Pelourinho	LEN 02/2011	168/2012	23/03/12	22/03/47	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Piões	LEN 02/2011	128/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Serra do Espinhaço	LEN 02/2011	171/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	11	18,5	10,4
Araçás	LER 05/2010	241/2011	08/04/11	07/03/46	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Da Prata	LER 05/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,8	10,1
Morrão	LER 05/2010	268/2011	25/04/11	24/04/46	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Seraíma	LER 05/2010	332/2011	31/05/11	30/05/46	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Tanque	LER 05/2010	330/2011	30/05/11	29/05/46	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	161/2011	21/03/11	20/03/46	35 anos	2014	14	23,5	10,1
<b>Total</b>						<b>Total</b>	<b>230</b>	<b>386,1</b>	<b>184,7</b>

(i) Em janeiro de 2019, houve revisão da Garantia Física dos parques do LEN, fundamentada na geração de energia histórica acumulada. Portanto, a garantia física do Complexo Eólico de Alto Sertão II passou a ser de 184,7 MWm (192,7 MWm em 31 de dezembro de 2018).

#### Comercialização de energia do Complexo Eólico Alto Sertão II

Em 26 de maio de 2011, as controladas indiretas Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste entraram no Leilão de Energia de Reserva de 2010 ("LER") na modalidade quantidade de energia elétrica, com a CCEE, e, portanto, estão 100% contratadas até 2033. Em 13 de agosto de 2012, as controladas indiretas Ametista, Borgo, Caetitê, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Piões e Serra do Espinhaço entraram no Leilão de Energia Nova de 2011 ("LEN"), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, e portanto, estão 100% contratadas, a partir de 1º de janeiro de 2016 com prazo final em dezembro de 2035.

Em 31 de dezembro de 2019, a comercialização de energia contratada do Complexo Eólico Alto Sertão II no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada MWh (i)	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Da Prata	LER 05/2010	CCEE	87.261	203,85	setembro/13	agosto/33	IPCA	setembro
Araçás	LER 05/2010	CCEE	116.325	203,85	setembro/13	agosto/33	IPCA	setembro
Morrão	LER 05/2010	CCEE	128.772	203,85	setembro/13	agosto/33	IPCA	setembro
Seraíma	LER 05/2010	CCEE	132.247	203,85	setembro/13	agosto/33	IPCA	setembro
Tanque	LER 05/2010	CCEE	114.427	203,85	setembro/13	agosto/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	CCEE	88.476	203,85	setembro/13	agosto/33	IPCA	setembro
<b>Subtotal</b>			<b>667.508</b>					
Ametista	LEN 02/2011	Distribuidoras	121.764	155,18	janeiro/16	dezembro/35	IPCA	janeiro
Borgo	LEN 02/2011	Distribuidoras	84.972	153,96	janeiro/16	dezembro/35	IPCA	janeiro
Caetitê	LEN 02/2011	Distribuidoras	125.268	154,22	janeiro/16	dezembro/35	IPCA	janeiro
Dourados	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.632	154,17	janeiro/16	dezembro/35	IPCA	janeiro
Espigão	LEN 02/2011	Distribuidoras	42.924	156,01	janeiro/16	dezembro/35	IPCA	janeiro
Maron	LEN 02/2011	Distribuidoras	120.888	154,86	janeiro/16	dezembro/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	LEN 02/2011	Distribuidoras	103.368	154,72	janeiro/16	dezembro/35	IPCA	janeiro
Piões	LEN 02/2011	Distribuidoras	114.756	152,98	janeiro/16	dezembro/35	IPCA	janeiro
Serra Espinhaço	LEN 02/2011	Distribuidoras	77.964	152,37	janeiro/16	dezembro/35	IPCA	janeiro
<b>Subtotal</b>			<b>907.536</b>					
<b>Total</b>			<b>1.575.044</b>					

(i) Em março de 2019, a CCEE efetuou correção nos valores anteriormente revisados em setembro de 2017. Dessa forma, a energia anual contratada total do LER passou de 663.185 MWh para 667.508 MWh.

### 1.3 Geração solar

#### Complexo Solar Guaiumbê

Parque Gerador	Contrato/Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
<b>Solar</b>									
Guaiumbê I	6º LER	257/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Guaiumbê II	6º LER	258/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Guaiumbê III	6º LER	259/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Guaiumbê IV	6º LER	260/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
Guaiumbê V	6º LER	261/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30	5,9
<b>Total</b>						<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>150</b>	<b>29,5</b>

Em 31 de dezembro de 2019, a comercialização de energia contratada no ACR está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh)		Prazo				
			Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste	
Guaiumbê I	6º LER/2014	CCEE	51.684	281,67	outubro/17	setembro/37	IPCA	Outubro	
Guaiumbê II	6º LER/2014	CCEE	51.684	281,67	outubro/17	setembro/37	IPCA	Outubro	
Guaiumbê III	6º LER/2014	CCEE	51.684	288,00	outubro/17	setembro/37	IPCA	Outubro	
Guaiumbê IV	6º LER/2014	CCEE	51.684	288,00	outubro/17	setembro/37	IPCA	Outubro	
Guaiumbê V	6º LER/2014	CCEE	51.684	288,00	outubro/17	setembro/37	IPCA	Outubro	
<b>Subtotal</b>			<b>258.420</b>						

#### Complexo Solar Ouroeste - Planta Solar Boa Hora

Em 2017, por meio da aquisição da Planta Solar Boa Hora e entrada da Planta AGV Solar em leilão, a Companhia adicionou o Complexo Solar Ouroeste ao seu portfólio de ativos. Boa Hora está em operação comercial desde agosto de 2019.

Parque Gerador	Contrato/Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
<b>Solar</b>								
Boa Hora 1	LER 09/2015	239/2016	09/06/16	08/06/2051	35 anos	2019	23	5,3
Boa Hora 2	LER 09/2015	173/2016	10/05/16	09/05/2051	35 anos	2019	23	5,3
Boa Hora 3	LER 09/2015	169/2016	09/05/16	08/05/2051	35 anos	2019	23	5,3
<b>Total</b>						<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>15,9</b>

Em 31 de dezembro de 2019, a comercialização de energia contratada no ACR está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh)		Prazo				
			Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste	
Boa Hora 1	8º LER/2015	CCEE	46.428	343,05	novembro/18	novembro/38	IPCA	Novembro	
Boa Hora 2	8º LER/2015	CCEE	46.428	343,05	novembro/18	novembro/38	IPCA	Novembro	
Boa Hora 3	8º LER/2015	CCEE	46.428	343,05	novembro/18	novembro/38	IPCA	Novembro	
<b>Subtotal</b>			<b>139.284</b>						

A Planta Solar Boa Hora foi outorgada no Leilão de Energia de Reserva realizado em 13 de novembro de 2015 com energia contratada por 20 anos a R\$291,75/MWh (preço de venda na data do leilão), com capacidade instalada de 69 MW e garantia física de 15,9 MWm. Na data da outorga, a Companhia efetivamente obteve os direitos de seus contratos relevantes, incluindo os direitos contratuais de venda de energia e direito de exploração de autorização.

Conforme despacho nº 2.592, a ANEEL deslocou para 27 de novembro de 2018 a data para início de suprimento dos contratos no ambiente regulado referente às usinas do Complexo Solar Boa Hora, adiando proporcionalmente o termo final contratual. Tal alteração é decorrente do reconhecimento de um período de 26 dias de atraso como excludente de responsabilidade, afastando eventuais penalidades contratuais para este período. Entre esta data e 14 de agosto de 2019, quando houve a entrada em operação, as controladas ficaram sujeitas a penalidades por não atender o PPA normalmente. Dessa forma, até 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido R\$3.957 na rubrica "outras receitas e despesas operacionais", como multas contratuais.

#### Complexo Solar Ouroeste - Planta AGV Solar

A AGV Solar entrou em operação comercial em 29 de novembro de 2019. As informações detalhadas da planta AGV Solar são como se segue:

Parque Gerador	Contrato/Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
<b>Solar</b>								
AGV IV	Leilão 04/2017 (LEN)	244/2018	11/06/2018	10/06/2053	35 anos	2019	15	4,0
AGV V	Leilão 04/2017 (LEN)	243/2018	11/06/2018	10/06/2053	35 anos	2019	30	7,9
AGV VI	Leilão 04/2017 (LEN)	242/2018	11/06/2018	10/06/2053	35 anos	2019	30	7,9
<b>Total</b>						<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>19,8</b>

Em 31 de dezembro de 2019, a comercialização de energia contratada no ACR está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh)		Prazo				
			Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste	
AGV IV	25º LEN/2017	Distribuidoras	35.040	170,37	janeiro/21	dezembro/40	IPCA	Novembro	
AGV V	25º LEN/2017	Distribuidoras	69.204	170,37	janeiro/21	dezembro/40	IPCA	Novembro	
AGV VI	25º LEN/2017	Distribuidoras	69.204	171,74	janeiro/21	dezembro/40	IPCA	Novembro	
<b>Subtotal</b>			<b>173.448</b>						

Em 18 de dezembro de 2017 a Companhia obteve no Leilão de Energia Nova o direito de comercializar, no mercado regulado, energia a ser gerada por uma planta de energia solar fotovoltaica. Os contratos deste Leilão possuem vigência de 20 anos e licença de Instalação ambiental emitida pela CETESB.

Em junho de 2018, a Planta AGV Solar obteve outorga na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica, com 75 MW de capacidade instalada e 19,8 MWm de garantia física de energia.

A Companhia pretende se beneficiar da antecipação da entrada em operação comercial da AGV Solar utilizando sua plataforma de comercialização, sendo que a energia produzida está sendo alocada no mercado livre de fonte incentivada até a data da entrada em vigor do contrato outorgado, firmado para janeiro de 2021. Em dezembro de 2019, essas controladas firmaram contrato de compra e venda de energia com a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 29.1 (item vii).

### 1.4 Projetos

#### Complexo Eólico Tucano

Em 08 de março de 2019, a Companhia assinou um Acordo de Opção de Compra no valor de R\$1.000 para aquisição de um *pipeline* de projetos de geração eólica. A opção de compra conferia o direito de exclusividade por um ano para aquisição de até 582,8 MW de capacidade instalada de projetos eólicos *greenfield*, localizados nos municípios de Tucano, Biritinga e Araci no Estado da Bahia, a ser exercida de forma proporcional (*pay-per-use*) no momento em que for lastreada pela contratação de venda de energia de longo prazo.

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia firmou com a Unipar Carboctero S.A. ("Unipar") um Acordo de Investimento para a constituição de uma *joint venture* com controle compartilhado, cujo objeto será a geração de energia eólica no modelo de autoprodução. O Projeto possui 155 MW de capacidade eólica instalada, equivalentes a 78 MW médios de garantia física à P50 e prevê um Contrato de Compra e Venda de Energia no mercado livre de 60MW médios pelo período de 20 anos com início em 2023. Após o cumprimento das condições precedentes, a *joint venture* será estruturada, com início de construção previsto para 2021.

Em 02 de dezembro de 2019, a Companhia assinou, com um grande cliente industrial livre, um Contrato de Compra e Venda de Energia para o fornecimento de energia de 70 MW médios pelo prazo de 15 anos, com entrega a partir de 2022. Para cumprir com esse Contrato de Compra e Venda de Energia, a Companhia utilizará 167,4MW de capacidade instalada do projeto do Complexo Eólico Tucano, equivalentes a 79 MW médios de energia assegurada a P50.

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia exerceu parcialmente a opção de compra para aquisição de 8 SPE's que representam 483,6MW, no valor aproximado de R\$ 95.700.

Em 14 de janeiro de 2020, assinou o *Sales and Purchase Agreement* ("SPA"), condicionado ao *closing* da transação à reestruturação societária das SPE's. As SPE's serão utilizadas para construção do complexo eólico que atenderá principalmente os contratos de venda de energia de longo prazo acima mencionados. Em 13 de fevereiro de 2020, conforme divulgado na nota explicativa nº 35, a Companhia concluiu a aquisição das referidas SPE's.

#### Projetos de geração distribuída

A controlada direta AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda ("Tietê Inova") assinou contratos de Geração Distribuída, conforme segue: (i) 5 MW de capacidade instalada em operação comercial desde 16 de dezembro de 2019; (ii) 3,2 MW de capacidade instalada e operação comercial prevista para o segundo semestre de 2020; (iii) 3,2 MW de capacidade instalada e operação comercial prevista para o primeiro semestre de 2020; e (iv) Contrato para desenvolvimento de um projeto de estacionamento solar ("Carpport"), com a potência de 537,6 kWp e que entrou em operação em agosto de 2019.

#### Aquisição de ativos de geração distribuída

Em 30 de agosto de 2019, a controlada direta Tietê Inova assinou contrato de aquisição de duas sociedades de propósito específico detentoras de projetos de Geração Distribuída ("GD") em estágio avançado de desenvolvimento.

O processo de aquisição foi concluído em 04 de setembro de 2019, após todas as condições precedentes da operação terem sido atendidas. O valor total de aquisição foi de R\$8.750, sendo pagos R\$7.500 na data da aquisição com recursos disponíveis em caixa e R\$1.

## 3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 17 de fevereiro de 2020, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

### 3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações com entidade de previdência privada e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído (*deemed cost*), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCP 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### 3.2 Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

### 3.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD, benefícios de aposentadoria, vida útil dos bens do imobilizado, provisão para processos judiciais e outros, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, impostos, valor justo de instrumentos financeiros e provisões para desmantelamento de ativos.

### 3.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

### 3.5 Base de preparação e apresentação

#### Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2019, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e de suas controladas, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia e suas controladas preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia e de suas controladas. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia e de suas controladas, podendo sofrer alterações.

#### Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia e de suas controladas são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

#### Sistema Empresas.Net

Nos quadros individuais e consolidados da "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido" do Sistema "Empresas.net" utilizados para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a "Outros Resultados Abrangentes", está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a sua apresentação.

#### Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, com o objetivo de simplificar e melhorar a apresentação do balanço patrimonial, demonstrações dos resultados, demonstrações dos resultados abrangentes e demonstrações dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, procedeu reclassificações nessas demonstrações contábeis originalmente autorizadas em 15 de fevereiro de 2019. As reclassificações efetuadas não alteraram o total do ativo, passivo e patrimônio líquido, e podem ser resumidas conforme o quadro a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Instrumentos financeiros derivativos	2.723	(2.723)	–	2.723	(2.723)	–
Outros créditos	11.334	2.723	14.057	24.861	2.723	27.584
<b>Total</b>	<b>14.057</b>	<b>–</b>	<b>14.057</b>	<b>27.584</b>	<b>–</b>	<b>27.584</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Conta de ressarcimento	–	–	–	2.541	(2.541)	–
Tributos e contribuições Sociais compensáveis	225	(225)	–	226	(226)	–
Outros créditos	1.804	225	2.029	1.880	2.767	4.647
<b>Total</b>	<b>2.029</b>	<b>–</b>	<b>2.029</b>	<b>4.647</b>	<b>–</b>	<b>4.647</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>						
Conta de ressarcimento	–	–	–	12.384	(12.384)	–
Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a pagar	40.638	6.791	47.429	43.508	8.916	52.424
Outros tributos a pagar	6.791	(6.791)	–	8.916	(8.916)	–
Obrigações sociais e trabalhistas	24.304	(24.304)	–	24.573	(24.573)	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	2.861	(2.861)	–
Outras obrigações	23.002	24.304	47.306	26.099	39.818	65.917
<b>Total</b>	<b>94.735</b>	<b>–</b>	<b>94.735</b>	<b>118.341</b>	<b>–</b>	<b>118.341</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Conta de ressarcimento	–	–	–	34.748	(34.748)	–
Obrigações sociais e trabalhistas	855	(855)	–	855	(855)	–
Outras obrigações	79.400	855	80.255	87.372	35.603	122.975
<b>Total</b>	<b>80.255</b>	<b>–</b>	<b>80.255</b>	<b>122.975</b>	<b>–</b>	<b>122.975</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS</b>						
Depreciação e amortização	(176.109)	–	(176.109)	(271.658)	(4.029)	(275.687)
Amortização de intangível e mais-valia gerado em aquisições	(10.218)	–	(10.218)	(4.029)	4.029	–
<b>Total</b>	<b>(186.327)</b>	<b>–</b>	<b>(186.327)</b>	<b>(275.687)</b>	<b>–</b>	<b>(275.687)</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES</b>						
Ganhos não realizados em operações de hedge de fluxo de caixa originados no exercício	(1.394)	1.394	–	(1.394)	1.394	–
Ganhos realizados em operações de hedge de fluxo de caixa originados no exercício	3.172	(3.172)	–	3.172	(3.172)	–
Ganhos (Perdas) em operações de hedge de fluxo de caixa originados no exercício	–	1.778	1.778	–	1.778	1.778
<b>Total</b>	<b>1.778</b>	<b>–</b>	<b>1.778</b>	<b>1.778</b>	<b>–</b>	<b>1.778</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA</b>						
Depreciação e amortização	177.808	2.690	180.498	273.357	6.719	280.076
Amortização do uso do bem público (UBP)	2.690	(2.690)	–	2.690	–	–
Realização de intangível e mais-valia gerado em aquisições	10.218	–	10.218	4.029	(4.029)	–
Marcação a mercado da opção	(21.763)	21.763	–	(21.763)	21.763	–
Marcação a mercado do NDF	(122)	122	–	3.669	(3.669)	–
Marcação a mercado de derivativos	–	(21.885)	(21.885)	–	(18.094)	(18.094)
Contas a receber de clientes	(119.995)	119.995	–	(117.060)	117.060	–
Tributos e contribuições sociais compensáveis	(8.722)	8.722	–	(11.733)	11.733	–
Conta de ressarcimento ativo	–	–	–	1.029	(1.029)	–
Outros créditos	(9.837)	9.837	–	12.336	(12.336)	–
Fornecedores	186.005	(186.005)	–	120.666	(120.666)	–
Imposto de renda e contribuição social a pagar	129.223	(129.223)	–	139.156	(139.156)	–
Outros tributos a pagar	(19.222)	19.222	–	(21.681)	21.681	–
Conta de ressarcimento passivo	–	–	–	(1.273)	1.273	–
Obrigações sociais e trabalhistas	2.118	(2.118)	–	1.770	(1.770)	–
Encargos setoriais	(1.033)	1.033	–	(1,033)	1,033	–
Outras obrigações	18.321	(18.321)	–	19.782	(19.782)	–
Varição de ativos e passivos operacionais	–	176.858	176.858	–	139.901	139.901
<b>Total</b>	<b>345.689</b>	<b>–</b>	<b>345.689</b>	<b>401.883</b>	<b>–</b>	<b>401.883</b>

### 3.6 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

#### (a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

#### (b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data-base dos balanços.

### 3.7 Novos pronunciamentos em vigor em 01 de janeiro de 2019

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil:

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem praticamente todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a CPC 06 (R1)/IAS 17, ou seja, reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre arrendamentos operacionais e financeiros.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas avaliaram e reconheceram impactos relevantes em suas demonstrações contábeis na adoção desta norma, detalhado na nota explicativa nº 17.

ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, emitido em dezembro de 2018, com efeito a partir de 1ª de janeiro de 2019:

A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32, especificamente relacionados ao imposto de renda e a contribuição social). Em resumo, se é provável que a autoridade tributária irá aceitar o tratamento fiscal, os valores das demonstrações contábeis são os mesmos que os apresentados nas informações fiscais. No entanto, se não é provável, os valores apresentados nas demonstrações contábeis não são os mesmos que os apresentados nas demonstrações fiscais, pois sua mensuração refletirá a incerteza. Com base em estudo de conformidade tributária, a Companhia e suas controladas consideram que a interpretação não impactou as suas demonstrações financeiras, visto que todos os posicionamentos fiscais adotados estão amparados na legislação e jurisprudência administrativa e judicial aplicadas atualmente.

### 3.8 Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2020

A Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2020 e concluiu-se que os mesmos não gerarão impactos em suas demonstrações contábeis. Estes novos pronunciamentos estão demonstrados abaixo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

### 3.9 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme aquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			2019	2018
<b>Controladas diretas:</b>				
AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda. ("Tietê Inova")	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. ("Tietê Integra")	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 1")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 2")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 3")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. ("AGV IV")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar V Geradora de Energia S.A. ("AGV V")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. ("AGV VI")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Guaiambê Solar Holding S.A. ("Guaiambê Holding")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
AES Tucano Holding I S.A. ("Tucano Holding I") (ii)	Holding	São Paulo, SP	100%	–
AES Tucano Holding II S.A. ("Tucano Holding II") (ii)	Holding	São Paulo, SP	100%	–
<b>Controladas indiretas:</b>				
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Igaraporã, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Caelité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Caelité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seraima S.A. ("Seraima")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Caelité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Caelité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Pindai, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caelité S.A. ("Caelité")	Geração eólica	Pindai, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Pindai, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Caelité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Pindai, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Píloes S.A. ("Píloes")	Geração eólica	Caelité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Pindai, BA	100%	100%
Guaiambê I Parque Solar Ltda. ("Guaiambê I") (i)	Geração solar	Guaiambê, SP	100%	100%
Guaiambê II Parque Solar Ltda. ("Guaiambê II") (i)	Geração solar	Guaiambê, SP	100%	100%
Guaiambê III Parque Solar Ltda. ("Guaiambê III") (i)	Geração solar	Guaiambê, SP	100%	100%
Guaiambê IV Parque Solar Ltda. ("Guaiambê IV") (i)	Geração solar	Guaiambê, SP	100%	100%
Guaiambê V Parque Solar Ltda. ("Guaiambê V") (i)	Geração solar	Guaiambê, SP	100%	100%
AES Tietê Inova Soluções de Energia I Ltda. ("Tietê Inova I")	Geração solar	Bauru, SP	100%	–
AES Tietê Inova Soluções de Energia II Ltda. ("Tietê Inova II")	Geração solar	Bauru, SP	100%	–

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de setembro de 2019, foi aprovada a alteração do tipo jurídico dessas Sociedades, de sociedade anônima de capital fechado para sociedade limitada unipessoal, consequentemente, houve alteração das razões sociais.

(ii) Com o objetivo de estruturar o projeto Complexo Eólico Tucano, detalhado na nota explicativa nº 1.4, em 07 de outubro de 2019 e 15 de novembro de 2019 foram constituídas as Companhias Tucano Holding I e Tucano Holdings II.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica "investimentos de curto prazo".

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, pois de acordo com o modelo de negócios, o objetivo desta aplicação é receber fluxos de caixa pelo rendimento ou pela venda. Já o fundo de investimentos é mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado. Dessa forma, não há reconhecimento de valor justo em outros resultados abrangentes.

Caixa e Equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Numerário disponível	355	670	11.145	16.239
CDB-DI	9.725	–	9.725	–
Operação compromissada	–	102.921	10.968	136.577
<b>Subtotal</b>	<b>10.080</b>	<b>103.591</b>	<b>31.838</b>	<b>152.816</b>
<b>Investimentos de curto prazo</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora				Consolidado			
	Balanço Patrimonial		Resultado		Balanço Patrimonial		Resultado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:</b>								
<b>Tributos ativos:</b>								
Provisão para participação nos lucros e resultados	3.649	3.574	75	654	3.657	3.607	50	658
Provisão para processos fiscais	6.042	4.567	1.475	1.972	6.042	4.567	1.475	1.972
Provisão para processos trabalhistas	1.247	1.755	(508)	116	1.247	1.755	(508)	116
Provisão de benefício a empregados	4.231	2.033	2.198	689	4.231	2.033	2.198	689
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	2.028	2.028	–	–	2.028	2.028	–	–
Provisão para processos civis	14.174	13.570	604	1.212	14.174	13.570	604	1.212
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	11.901	11.901	–	2.727	12.340	11.901	439	2.650
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	26.029	8.498	–	–	26.029	8.498	–	–
Ressarcimento de energia	–	–	–	1.641	–	1.244	397	(257)
Prejuízo fiscal e base negativa	–	–	–	(1.636)	–	1.183	–	(2.073)
Varição cambial não realizada	706	–	706	–	706	–	706	(4.283)
Outros	3.384	4.041	(658)	(1.764)	3.924	4.040	(117)	(1.764)
<b>Tributos passivos:</b>								
Ativo imobilizado - custo atribuído	(353.212)	(383.082)	29.870	29.936	(353.212)	(383.082)	29.870	29.936
Ativo intangível - uso do bem público	(9.147)	(10.061)	914	915	(9.147)	(10.061)	914	915
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	–	(926)	–	–	–	(926)	–	–
Atualização de cauções e depósitos vinculados	(2.667)	(1.919)	(748)	(972)	(2.667)	(1.919)	(748)	(972)
Ativo imobilizado - taxa de depreciação	(23.017)	(23.386)	369	(849)	(23.017)	(23.386)	369	(850)
Outros	(399)	(181)	(218)	504	(1.035)	(255)	(779)	755
<b>Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido</b>	<b>(315.051)</b>	<b>(367.588)</b>	<b>34.079</b>	<b>33.504</b>	<b>(311.876)</b>	<b>(366.386)</b>	<b>36.053</b>	<b>28.704</b>
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio (nota 8)	–	–	(16.093)	(17.346)	–	–	(16.093)	(17.346)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>17.986</b>	<b>16.158</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>19.960</b>	<b>11.358</b>
<b>Apresentação no balanço patrimonial</b>								
Ativo líquido	–	–	–	–	3.357	1.276	–	–
Passivo líquido	(315.051)	(367.588)	–	–	(315.233)	(367.662)	–	–
<b>Total</b>	<b>(315.051)</b>	<b>(367.588)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(311.876)</b>	<b>(366.386)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

Os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição a seguir:

Companhias	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Controladora	73.391	(388.442)	(315.051)	(367.588)
AES Tietê Integra	1.190	–	1.190	33
AES Tietê Inova	964	(454)	510	–
AES Tietê Inova I	11	–	11	–
AES Tietê Inova II	7	–	7	–
Ametista	271	–	271	177
Araças	202	–	202	138
Borgo	32	–	32	66
Caetite	48	–	48	109
Da prata	17	–	17	28
Dourados	274	–	274	156
Espigão	24	–	24	34
Maron	168	–	168	95
Morrão	49	–	49	71
Pelourinho	58	–	58	81
Pilões	208	–	208	149
Seraima	125	–	125	78
Serra do espinhaço	46	–	46	61
Tanque	–	(25)	(25)	(14)
Ventos do nordeste	–	(99)	(99)	(60)
Boa Hora 1	48	–	48	–
Boa Hora 2	38	–	38	–
Boa Hora 3	31	–	31	–
Guaiambê II	–	(14)	(14)	–
Guaiambê III	–	(12)	(12)	–
Guaiambê IV	–	(9)	(9)	–
Guaiambê V	–	(23)	(23)	–
<b>Consolidado</b>	<b>77.202</b>	<b>(389.078)</b>	<b>(311.876)</b>	<b>(366.386)</b>

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

	Controladora	Consolidado
<b>Movimentação dos tributos diferidos</b>		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(409.382)</b>	<b>(407.819)</b>
Impacto no resultado	33.504	28.704
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	8.290	8.290
Saldos provenientes da aquisição do Complexo Solar Guaiambê	–	4.439
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(367.588)</b>	<b>(366.386)</b>
Impacto no resultado	34.080	36.053
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	18.457	18.457
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(315.051)</b>	<b>(311.876)</b>

### 7.2

Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário. Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal da Companhia, em 27 de fevereiro de 2020. Segue abaixo estimativa de realização dos tributos diferidos ativos registrados em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora			Consolidado		
	Tributos e contribuições sociais diferidos	Créditos fiscais de ágios incorporados (*)	Total	Tributos e contribuições sociais diferidos	Créditos fiscais de ágios incorporados (*)	Total
2020	14.295	14.865	29.160	16.005	14.865	30.870
2021	8.126	13.770	21.896	9.675	13.770	23.445
2022	4.278	12.730	17.008	4.375	12.730	17.105
2023	14.860	11.787	26.647	15.065	11.787	26.852
2024	1.285	10.895	12.180	1.327	10.895	12.222
2025 a 2027	5.000	19.427	24.507	5.209	19.427	24.636
2028 a 2029	25.467	24.009	49.476	25.546	24.009	49.555
<b>Total</b>	<b>73.391</b>	<b>107.483</b>	<b>180.874</b>	<b>77.202</b>	<b>107.483</b>	<b>184.685</b>

(\*) Para maiores detalhes sobre a natureza desse crédito tributário, vide nota explicativa nº 8.

A Companhia estima que os saldos em 31 de dezembro de 2019, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2029.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	2019		2018		2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>								
<b>Na rubrica de tributos:</b>								
Corrente	(52.321)	(22.288)	(93.686)	(35.537)	(61.226)	(26.614)	(100.358)	(39.051)
Diferidos	13.144	4.842	11.367	4.791	14.478	5.482	8.045	3.313
<b>Total</b>	<b>(39.177)</b>	<b>(17.446)</b>	<b>(82.319)</b>	<b>(30.746)</b>	<b>(46.748)</b>	<b>(21.132)</b>	<b>(92.313)</b>	<b>(35.738)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos:</b>								
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>356.742</b>	<b>356.742</b>	<b>401.028</b>	<b>401.028</b>	<b>367.999</b>	<b>367.999</b>	<b>416.014</b>	<b>416.014</b>
<b>Adições (exclusões):</b>								
Juros sobre o capital próprio	(44.416)	(44.416)	(47.363)	(47.363)	(44.416)	(44.416)	(47.363)	(47.363)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 11)	(127.853)	(127.853)	(14.434)	(14.434)	–	–	–	–
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(3.323)	(3.323)	(3.738)	(3.738)	(3.323)	(3.323)	(3.738)	(3.738)
Ajuste lucro presumido	–	–	–	–	(140.085)	(130.050)	(97.565)	(84.355)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	–	–	–	–	47.342	47.342	105.613	105.611
Amortização da mais valia em combinação de negócios	(1.456)	(1.456)	6.189	6.189	335	335	7.550	7.550
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	3.934	3.934	4.029	4.029	7.648	7.648	4.029	4.029
Juros capitalizados de controladas	–	–	–	–	(18.914)	(18.914)	–	–
Incentivo do PAT - Êxito Judicial	(9.070)	–	–	–	(9.070)	–	–	–
Outras	3.312	3.313	(1.524)	(1.520)	2.166	2.201	(684)	2.091
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>(178.872)</b>	<b>(169.801)</b>	<b>(56.841)</b>	<b>(56.837)</b>	<b>(158.317)</b>	<b>(139.177)</b>	<b>(32.158)</b>	<b>(16.175)</b>
<b>Resultado ajustado</b>	<b>177.870</b>	<b>186.941</b>	<b>344.187</b>	<b>344.191</b>	<b>209.682</b>	<b>228.822</b>	<b>383.856</b>	<b>399.839</b>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
<b>Tributos</b>	<b>(44.468)</b>	<b>(16.825)</b>	<b>(86.047)</b>	<b>(30.977)</b>	<b>(52.421)</b>	<b>(20.594)</b>	<b>(95.964)</b>	<b>(35.986)</b>
Incentivos fiscais	2.435	–	3.807	–	2.435	–	3.702	–
Ajustes P&D	2.832	(621)	(103)	231	2.832	(621)	(103)	231
Outros	24	–	24	–	406	83	52	17
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(39.177)</b>	<b>(17.446)</b>	<b>(82.319)</b>	<b>(30.746)</b>	<b>(46.748)</b>	<b>(21.132)</b>	<b>(92.313)</b>	<b>(35.738)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>11,0%</b>	<b>4,9%</b>	<b>20,5%</b>	<b>7,7%</b>	<b>12,7%</b>	<b>5,7%</b>	<b>22,2%</b>	<b>8,6%</b>

### 7.3

Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem ativo fiscal diferido constituído:

	Consolidado	
	2019	2018
Prejuízos fiscais	523.650	476.308
Base negativa de contribuição social	523.650	476.308
Diferenças temporárias	21.686	18.953

A movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>560.446</b>	<b>42.661</b>
Equivalência patrimonial	14.434	–
Aumento de capital	1.035.599	–
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	–	(544)
Realização do valor justo gerado na combinação de negócios	–	–
Intangível gerado na combinação de negócios	–	(8.873)
Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	–	(639)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.610.479</b>	<b>32.605</b>
Equivalência patrimonial	127.853	–
Aumento de capital (i)	218.814	–
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	–	(445)
Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	–	(643)
Realização do valor justo gerado na combinação de negócios (ii)	–	–
Dividendos	(30.168)	–
Adiantamento para futuro aumento de capital (iii)	854.409	–
Outros resultados abrangentes (nota 30.2)	–	(9.380)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.772.007</b>	<b>31.517</b>

A movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>560.446</b>	<b>42.661</b>
Equivalência patrimonial	14.434	–
Aumento de capital	1.035.599	–
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	–	(544)
Realização do valor justo gerado na combinação de negócios	–	–
Intangível gerado na combinação de negócios	–	(8.873)
Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	–	(639)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.610.479</b>	<b>32.605</b>
Equivalência patrimonial	127.853	–
Aumento de capital (i)	218.814	–
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	–	(445)
Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	–	(643)
Realização do valor justo gerado na combinação de negócios (ii)	–	–
Dividendos	(30.168)	–
Adiantamento para futuro aumento de capital (iii)	854.409	–
Outros resultados abrangentes (nota 30.2)	–	(9.380)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.772.007</b>	<b>31.517</b>

Os impostos diferidos ativos não foram reconhecidos tendo em vista que esses prejuízos e bases negativas de contribuição social são substancialmente detidos por empresas holdings, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis e resultados não tributáveis de equivalência patrimonial decorrente de investimentos em controladas.

### 8. CRÉDITOS FISCA

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos	Nova Energia	Boa Hora 1	Boa Hora 2	Boa Hora 3	Tietê Integra	Tietê Inova	Guaimbê Holding	AGV Solar IV	AGV Solar V	AGV Solar VI	Tucano Holdings I	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>600.905</b>	<b>44.093</b>	<b>44.092</b>	<b>50.842</b>	<b>5.290</b>	–	–	–	–	–	–	<b>745.222</b>
Equivalência patrimonial	5.108	3.966	4.330	3.060	296	631	3.828	(1.731)	(2.371)	(2.683)	–	14.434
Aumento de capital	47.272	59.687	58.017	80.806	–	32.831	660.518	30.256	54.241	11.971	–	1.035.599
Intangível gerado na combinação de negócios	(8.873)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(8.873)
Realização do valor justo gerado na combinação de negócios	21.441	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	21.441
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	–	(1.130)	(1.130)	(1.130)	–	–	–	–	–	–	–	(3.390)
Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	(6.828)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(6.828)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>659.025</b>	<b>106.616</b>	<b>105.309</b>	<b>133.578</b>	<b>5.586</b>	<b>33.462</b>	<b>664.346</b>	<b>28.525</b>	<b>51.870</b>	<b>9.288</b>	–	<b>1.797.605</b>
Equivalência patrimonial	64.527	(4.565)	2.409	666	(2.335)	375	38.920	7.562	10.041	10.266	(13)	127.853
Aumento de capital (i)	637	6.234	4.157	13.749	1.565	10.407	726	44.184	46.277	90.878	–	218.814
Adiantamento para futuro aumento de capital (iii)	854.409	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	854.409
Dividendos	(615)	(465)	(587)	(469)	–	–	(27.895)	(23)	(58)	(56)	–	(30.168)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	(2.047)	(2.751)	(4.582)	–	(9.380)
Realização do valor justo gerado na combinação de negócios (ii)	14.368	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	14.368
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	–	(1.097)	(1.097)	(1.097)	–	–	–	–	–	–	–	(3.291)
Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	813	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	813
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.593.164</b>	<b>106.723</b>	<b>110.191</b>	<b>146.427</b>	<b>4.816</b>	<b>44.244</b>	<b>676.097</b>	<b>78.201</b>	<b>105.379</b>	<b>105.794</b>	<b>(13)</b>	<b>2.971.023</b>

(i) Aumentos de capital nas controladas, no montante de R\$218.814, destinados principalmente para construção do Complexo Solar Ouroeste e aquisição, pela controlada direta Tietê Inova, de duas empresas de geração distribuída, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.4.  
(ii) Realização da mais valia do passivo contingente, conforme decisão judicial referente ao procedimento arbitral ("arbitragem A") detalhado na nota explicativa nº 19.1.  
(iii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de abril de 2019, foi aprovada a realização de AFAC para sua controlada direta Nova Energia Holding, no montante de até R\$905.000, para fins de pagamento antecipado de dívidas. Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia aportou R\$854.409. Este montante está registrado no patrimônio líquido da controlada como AFAC. As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de quotas do capital social	Quantidade de ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Valor do patrimônio líquido ajustado (i)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício ajustado (i)
Nova Energia	–	596.756.905	100%	543.189	1.461.716	1.461.716	64.527	64.527
Guaimbê Solar Holding	–	661.244.534	100%	661.245	676.025	676.025	38.920	38.920
Tietê Integra	8.000.100	–	100%	6.565	4.817	4.817	(2.335)	(2.335)
Tietê Inova	43.237.997	–	100%	43.238	42.467	44.245	(1.138)	375
Boa Hora 1	–	7.586.395.435	100%	75.864	80.167	84.197	(5.716)	(4.565)
Boa Hora 2	–	7.903.933.876	100%	79.039	83.733	87.763	1.258	2.409
Boa Hora 3	–	11.553.845.402	100%	115.538	119.854	123.884	(485)	666
AGV Solar IV	–	99.000.500	100%	74.440	73.587	78.202	3.099	7.562
AGV Solar V	–	100.518.058	100%	100.518	100.764	105.379	5.577	10.041
AGV Solar VI	–	102.849.171	100%	102.849	101.177	105.792	5.802	10.266
AES Tucano Holding I S.A.	–	500	100%	–	(13)	(13)	(13)	(13)
AES Tucano Holding II S.A.	–	500	100%	–	–	–	–	–
<b>Total</b>					<b>2.744.294</b>	<b>2.772.007</b>	<b>109.496</b>	<b>127.853</b>

(i) Juros capitalizados de controladas: Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos parques solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas "Investimentos" em contrapartida ao "Resultado de equivalência patrimonial". Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como "imobilizado, líquido" em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica "Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram capitalizados custos de empréstimos nas controladas Boa Hora, AGV e Tietê Inova, nos montantes de R\$3.454, R\$13.387 e R\$1.513, respectivamente, totalizando R\$18.354, líquida de amortização acumulada no montante de R\$561. Para melhor apresentação dessas informações, os juros capitalizados foram ajustados na tabela acima em "Valor do patrimônio líquido ajustado" e "Lucro (prejuízo) líquido do período ajustado".

## 12. IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador e os preceitos do laudo de avaliação elaborado para fins de determinação do custo atribuído na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos. Consequentemente, os valores residuais dos bens do imobilizado resultam da aplicação das vidas úteis definidas e os resultantes valores residuais que incluem o projeto básico, espelhando o direito de indenização ao final do contrato de concessão com base na melhor estimativa da administração da Companhia e de suas controladas, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação em vigor.

Os bens do ativo imobilizado da Companhia foram avaliados ao custo atribuído ("deemed cost") na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, em 1º de janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados. A vida útil dos bens foi revisada em conjunto com a valorização dos ativos ao seu custo atribuído.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente e com base nas taxas determinadas pela ANEEL. A Companhia acompanha o valor residual e vida útil dos ativos, inclusive quanto à legislação aplicável para concessões e ao direito de indenização dos ativos remanescentes e não amortizados ao final da concessão.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas agregam, mensalmente, os juros incorridos sobre as debêntures, empréstimos e financiamentos ao custo do ativo imobilizado em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado até a data em que o ativo subjacente esteja disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa mensal das debêntures aplicada sobre o ativo imobilizado em curso do mês; (c) os juros totais capitalizados não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo imobilizado aos quais foram incorporados. Os valores dos juros capitalizados às contas do ativo imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão apresentados nas notas explicativas nº 12 e 28.

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direito de uso de sede administrativa e suas controladas reconheceram ativo de direito de uso de sede administrativa e terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 9 e 30 anos e depreciados a uma taxa média de 10,81% e 3,33%, respectivamente. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo Eólico Alto Sertão II. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

### (b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Controladora								
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Adoção Inicial IFRS16/CPC06 (R2)	Remensuração	Adições	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Outras movimentações	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Terrenos (i)	411.781	–	–	–	–	–	–	–	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.920.491	–	–	–	(126)	281	–	–	2.920.646
Edificações, obras civis e benfeitorias	670.499	–	–	–	–	762	–	–	671.261
Máquinas e equipamentos	2.110.830	–	–	–	(1.356)	19.097	–	–	2.128.571
Veículos	8.969	–	–	–	(226)	60	–	–	8.803
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	9.183	–	–	–	(2.024)	97	–	–	7.256
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	–	–	–	–	–	–	–	2.099
Em curso	33.939	–	–	57.528	–	(20.297)	4.343	–	75.513
Direito de uso de sede administrativa	–	5.064	2.088	–	–	–	–	–	7.152
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	–	9.005	5.102	–	–	–	–	(14.107)	–
<b>Subtotal</b>	<b>6.167.791</b>	<b>14.069</b>	<b>7.190</b>	<b>57.528</b>	<b>(3.732)</b>	<b>–</b>	<b>4.343</b>	<b>(14.107)</b>	<b>6.233.082</b>
Depreciação/Amortização	(3.255.110)	–	–	(171.250)	1.620	–	–	–	(3.424.740)
<b>Total líquido</b>	<b>2.912.681</b>	<b>14.069</b>	<b>7.190</b>	<b>(113.722)</b>	<b>(2.112)</b>	<b>–</b>	<b>4.343</b>	<b>(14.107)</b>	<b>2.808.342</b>

	Controladora							
	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Adições	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Outras movimentações	Saldo em 31 de dezembro de 2018	
Terrenos (i)	411.781	–	–	–	–	–	411.781	
Reservatórios, barragens e adutoras	2.906.481	–	(1.188)	15.198	–	–	2.920.491	
Edificações, obras civis e benfeitorias	669.088	–	(71)	1.482	–	–	670.499	
Máquinas e equipamentos	2.025.232	–	(2.183)	87.781	–	–	2.110.830	
Veículos	8.502	1.871	(1.404)	–	–	–	8.969	
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	8.085	–	–	1.098	–	–	9.183	
Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	(2.682)	–	–	–	–	4.781	2.099	
Em curso	87.274	50.577	–	(105.559)	1.647	–	33.939	
<b>Subtotal</b>	<b>6.113.761</b>	<b>52.448</b>	<b>(4.846)</b>	<b>–</b>	<b>1.647</b>	<b>4.781</b>	<b>6.167.791</b>	
Depreciação/Amortização	(3.085.710)	(172.632)	3.232	–	–	–	(3.255.110)	
<b>Total líquido</b>	<b>3.028.051</b>	<b>(120.184)</b>	<b>(1.614)</b>	<b>–</b>	<b>1.647</b>	<b>4.781</b>	<b>2.912.681</b>	

	Consolidado								
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Adoção inicial IFRS16/CPC06 (R2)	Remensuração	Adições	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Terrenos (i)	414.284	–	–	–	–	–	603	–	414.887
Reservatórios, barragens e adutoras	2.920.491	–	–	–	–	(126)	281	–	2.920.646
Edificações, obras civis e benfeitorias	745.485	–	–	–	–	–	10.871	–	756.356
Máquinas e equipamentos (ii)	4.330.195	–	–	–	–	(9.747)	641.962	–	4.962.410
Veículos	8.969	–	–	–	–	(226)	60	–	8.803
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	9.201	–	–	–	–	(2.024)	97	–	7.274
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	–	–	–	–	–	–	–	2.099
Em curso (iv)	441.833	–	–	271.300	–	(1.702)	(653.874)	23.257	80.814
Direito de uso de sede administrativa	–	5.064	2.587	–	–	–	–	–	7.651
Direito de uso de terreno arrendado	–	34.575	18.006	4.506	–	–	–	–	57.087
<b>Subtotal</b>	<b>8.872.557</b>	<b>39.639</b>	<b>20.593</b>	<b>275.806</b>	<b>–</b>	<b>(13.825)</b>	<b>–</b>	<b>23.257</b>	<b>9.218.027</b>
Depreciação/Amortização	(3.385.266)	–	–	(297.683)	(617)	1.127	–	–	(3.682.439)
<b>Total líquido</b>	<b>5.487.291</b>	<b>39.639</b>	<b>20.593</b>	<b>(21.877)</b>	<b>(617)</b>	<b>(12.698)</b>	<b>–</b>	<b>23.257</b>	<b>5.535.588</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado								
	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Adições	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências	Efeito da aquisição de ativos Complexo Solar Guaimbê	Juros capitalizados	Outras mutações	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Terrenos (i)	414.284	-	-	-	-	-	-	-	414.284
Reservatórios, barragens e adutoras	2.906.481	-	-	(1.188)	15.198	-	-	-	2.920.491
Edificações, obras civis e benfeitorias	717.608	-	2.098	(71)	1.482	24.368	-	-	745.485
Máquinas e equipamentos	3.678.930	-	10.432	(4.615)	102.814	542.634	-	-	4.330.195
Veículos	8.502	1.871	-	(1.404)	-	-	-	-	8.969
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	8.103	-	-	-	1.098	-	-	-	9.201
Imóveis destinados a uso futuro	(2.682)	-	-	-	-	-	-	4.781	2.099
Em curso	112.582	450.038	-	(44)	(120.592)	13	11.004	(11.168)	441.833
Subtotal	<b>7.843.808</b>	<b>451.909</b>	<b>12.530</b>	<b>(7.322)</b>	-	<b>567.015</b>	<b>11.004</b>	<b>(6.387)</b>	<b>8.872.557</b>
Depreciação/Amortização	(3.121.666)	(266.557)	(274)	3.231	-	-	-	-	(3.385.266)
Total líquido	<b>4.722.142</b>	<b>185.352</b>	<b>12.256</b>	<b>(4.091)</b>	-	<b>567.015</b>	<b>11.004</b>	<b>(6.387)</b>	<b>5.487.291</b>

(i) Saldo líquido da provisão para redução ao provável valor de realização do ativo, no valor de R\$5.963.

(ii) Refere-se ao subarrendamento efetuado às controladas AGV e Boa Hora, conforme detalhado nas notas explicativas nº 17.

(iii) Em setembro de 2019, uma área do Complexo Solar Boa Hora foi danificada no valor contábil de R\$8.194. A Companhia encaminhou laudo técnico e pedido formal de indenização ao fornecedor e, em paralelo, a seguradora acompanha o caso. Não é esperado nenhuma perda adicional. A operação comercial do Complexo não foi afetada.

(iv) Em 2019, devido à entrada em operação comercial do Complexo Solar Ouroeste, houve reclassificação dos respectivos gastos para imobilizado em serviço.

### (c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga e bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os ativos da Companhia e suas controladas que possuem essas características, são:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Concessão	2.754.113	2.863.939	2.754.113	2.863.939
Autorizações	45.892	45.891	2.718.296	2.620.501
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	2.099	2.099	2.099
<b>Total</b>	<b>2.802.104</b>	<b>2.911.929</b>	<b>5.474.508</b>	<b>5.486.539</b>

### (d) Contrato de concessão

Em 20 de dezembro de 1999, foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 (ANEEL - Tietê) com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio das centrais geradoras descritas na nota explicativa nº 1 e das instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras.

O prazo de vigência do referido contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado ao Poder Concedente em até 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL deverá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica seja comercializada pela Concessionária, tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observadas as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica.

Além disso, o contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato; do Edital de Privatização; da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos; à manutenção das operações; dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado; bem como observar as regulamentações setoriais, ambientais (obrigação de reflorestamento, preservação das margens, povoamento de peixes, entre outros) e a legislação vigente aplicáveis à Companhia, de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da exploração dos aproveitamentos hidrelétricos.

Especificamente sobre o termo final do contrato, a subcláusula 2ª da cláusula 11 do contrato de concessão estabelece que no advento deste termo, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por fiscalização da ANEEL. Em 23 de março de 2016, foi firmado o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 92/1999 que teve por objetivo transferir o Contrato de Concessão nº 92/1999-ANEEL para a AES Tietê Energia S.A. nos termos aprovados pela Resolução Autorizativa nº 5.433, de 25 de agosto de 2015. É entendimento dessa Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, de que o valor residual dos bens não amortizados (inclusive dos terrenos, que não são depreciados ao longo do período da concessão), sejam eles vinculados ao denominado "Projeto Básico", ou advindos de investimentos posteriores, serão substancialmente indenizados pelo Poder Concedente, em caso de finalização do Contrato de Concessão.

### (e) Autorizações

No final do prazo das autorizações das PCHs, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica, não havendo prorrogação, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, apurada por fiscalização da ANEEL. Desta forma, nenhuma obrigação relacionada à retirada destes bens foi registrada no balanço da Companhia.

Em relação aos bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica das usinas eólicas e solares, não será devida indenização dos investimentos realizados, assegurando-se, porém, ao produtor independente remover as instalações.

## 13. INTANGÍVEL

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em combinação de negócio, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais, de concessão ou autorização, são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A composição da conta intangível é a seguinte:

	Controladora				
	2019				2018
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Uso do bem público (UBP) (i)	3,7%	73.174	(46.272)	26.902	29.592
Software e outros intangíveis (vi)	20,0%	52.844	(38.241)	14.603	13.119
		<b>126.018</b>	<b>(84.513)</b>	<b>41.505</b>	<b>42.711</b>

	Consolidado				
	2019				2018
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Uso do bem público (UBP) (i)	3,7%	73.174	(46.272)	26.902	29.592
Direitos contratuais de solares (ii)	5,0%	135.871	(11.406)	124.465	131.063
Direito de exploração de autorização (iii)	3,0%	24.421	(1.398)	23.023	23.765
Intangível gerado na combinação de negócios (iv)	3,5%	19.073	(1.554)	17.519	18.162
Direitos contratuais de geração distribuída (v)	3,2%	8.725	(94)	8.631	-
Software e outros intangíveis (vi)	20,0%	56.400	(38.394)	18.006	14.371
		<b>317.664</b>	<b>(99.118)</b>	<b>218.546</b>	<b>216.953</b>

(i) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

(ii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização.

(iii) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora e Guaimbê, que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização.

(iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.

(v) Refere-se à aquisição pela controlada direta Tietê Inova de direito de contratos de geração distribuída, amortizados até 2050 com base no prazo remanescente de cessão dos terrenos.

Os valores dos itens (ii) a (v) acima foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

## 16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

### 16.1 Debêntures não conversíveis, empréstimos e financiamentos:

	Controladora									
	2019									
	Circulante					Não Circulante				
Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(i)</sup>	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	Total circulante + não circulante	
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	1.150	357.378	(4.363)	354.165	-	-	-	354.165
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	502	-	(1.030)	(528)	199.363	(2.883)	196.480	195.952
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.824	-	(403)	4.421	347.063	(1.340)	345.723	350.144
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	18.544	-	(1.443)	17.101	750.000	(2.610)	747.390	764.491
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.516	14.176	(1.410)	14.282	202.829	(9.857)	192.972	207.254
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	24.252	-	(378)	23.874	1.380.000	(2.743)	1.377.257	1.401.131
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	8.909	-	(2.248)	6.661	654.318	(26.515)	627.803	634.464
Debêntures - 9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	6.073	-	(629)	5.444	182.601	(7.418)	175.183	180.627
<b>Total da dívida</b>			<b>65.770</b>	<b>371.554</b>	<b>(11.904)</b>	<b>425.420</b>	<b>3.716.174</b>	<b>(53.366)</b>	<b>3.662.808</b>	<b>4.088.228</b>

	Controladora									
	2018									
	Circulante					Não Circulante				
Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(i)</sup>	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	Total circulante + não circulante	
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	998	-	(4.132)	(3.134)	344.823	(4.363)	340.460	337.326
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	435	-	(962)	(527)	192.360	(3.914)	188.446	187.919
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	2022	CDI + 1,14%	10.070	-	(1.255)	8.815	682.800	(2.698)	679.682	688.497
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.567	-	(373)	4.194	334.870	(1.743)	333.127	337.321
Debêntures - 7ª Emissão (1ª Série)	2020	CDI + 1,00%	29.296	-	(2.237)	27.059	500.000	(299)	499.701	526.760
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	21.026	-	(1.339)	19.687	750.000	(4.053)	745.947	765.634
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.488	1.051	(1.268)	1.214	209.129	(11.268)	197.861	199.075
<b>Subtotal</b>			<b>67.880</b>	<b>1.051</b>	<b>(11.623)</b>	<b>57.308</b>	<b>3.013.562</b>	<b>(28.338)</b>	<b>2.985.224</b>	<b>3.042.532</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>										
Arrendamento financeiro		8,39 a 15,64	-	393	-	393	435	-	435	828
<b>Subtotal</b>			-	<b>393</b>	-	<b>393</b>	<b>435</b>	-	<b>435</b>	<b>828</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>67.880</b>	<b>1.444</b>	<b>(11.623)</b>	<b>57.701</b>	<b>3.013.997</b>	<b>(28.338)</b>	<b>2.985.659</b>	<b>3.043.360</b>

	Consolidado									
	2019									
	Circulante					Não Circulante				
Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(i)</sup>	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	Total circulante + não circulante	
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,07% a.a.	260	24.085	(127)	24.218	65.237	(637)	64.600	88.818
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,16% a.a.	236	12.051	(121)	12.166	66.339	(606)	65.733	77.899
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	1.150	357.378	(4.363)	354.165	-	-	-	354.165
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	502	-	(1.030)	(528)	199.363	(2.883)	196.480	195.952
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.824	-	(403)	4.421	347.063	(1.340)	345.723	350.144
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	18.544	-	(1.443)	17.101	750.000	(2.610)	747.390	764.491
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.516	14.176	(1.410)	14.282	202.829	(9.857)	192.972	207.254
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	24.252	-	(378)	23.874	1.380.000	(2.743)	1.377.257	1.401.131
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	8.909	-	(2.248)	6.661	654.318	(26.515)	627.803	634.464
Debêntures - 9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	6.073	-	(629)	5.444	182.601	(7.418)	175.183	180.627
<b>Total das debêntures</b>			<b>66.266</b>	<b>407.690</b>	<b>(12.152)</b>	<b>461.804</b>	<b>3.847.750</b>	<b>(54.609)</b>	<b>3.793.141</b>	<b>4.254.945</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado								
		2018								
		Circulante				Não Circulante				
Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(i)</sup>	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	Total circulante + não circulante	
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série) - Tietê Eólica	2025	IPCA + 7,61% a.a.	228	967	-	1.195	86.079	-	86.079	87.274
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série) - Tietê Eólica	2025	IPCA + 7,87% a.a.	222	5.610	-	5.832	76.101	-	76.101	81.933
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	998	-	(4.132)	(3.134)	344.823	(4.363)	340.460	337.326
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	435	-	(562)	(127)	192.360	(3.914)	188.446	187.919
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	2022	CDI + 1,14%	10.070	-	(1.255)	8.815	682.390	(2.598)	679.882	688.497
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,87%	4.567	-	(3)	4.194	332.870	(1.743)	333.127	339.321
Debêntures - 7ª Emissão (1ª Série)	2020	CDI + 1,00%	29.296	-	(2.237)	27.059	500.000	(299)	499.701	526.760
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	21.026	-	(1.339)	19.687	750.000	(4.053)	745.947	765.634
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.488	1.051	(1.325)	1.214	209.129	(11.268)	197.861	199.075
<b>Subtotal</b>			<b>68.330</b>	<b>7.628</b>	<b>(11.623)</b>	<b>64.335</b>	<b>3.175.742</b>	<b>(28.338)</b>	<b>3.147.404</b>	<b>3.211.739</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>										
Repasso BNDES - Tietê Eólica	2031	TJLP + 2,88% a.a.	2.271	38.220	-	40.491	619.109	-	619.109	659.600
Repasso BNDES (Banco do Brasil) - Tietê Eólica	2031	TJLP + 2,60% a.a.	879	14.586	-	15.465	235.599	-	235.599	251.064
BNDES (Subcrédito Social) - Tietê Eólica	2031	TJLP	11	232	-	243	4.454	-	4.454	4.697
Arrendamento financeiro		8,39 a 15,64	-	393	-	393	435	-	435	828
<b>Subtotal</b>			<b>3.161</b>	<b>53.431</b>	<b>-</b>	<b>56.592</b>	<b>859.597</b>	<b>-</b>	<b>859.597</b>	<b>916.189</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>71.491</b>	<b>61.059</b>	<b>(11.623)</b>	<b>120.927</b>	<b>4.035.339</b>	<b>(28.338)</b>	<b>4.007.001</b>	<b>4.127.928</b>

<sup>(i)</sup> A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

**16.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:**

	Controladora			Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Repasses BNDES	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	1.513.877	944.527	2.458.404	1.684.454	944.527	960.640	3.589.621
Ingressos	1.450.000	-	1.450.422	1.450.000	-	-	1.450.422
Encargos financeiros	196.521	12.161	208.682	212.647	12.161	77.019	301.827
Variação monetária	36.744	-	36.744	40.228	-	-	10.114
Pagamento de principal	-	(900.592)	(900.592)	(8.612)	(900.592)	(51.700)	(960.904)
Pagamento de encargos financeiros	(140.095)	(56.487)	(196.582)	(152.463)	(56.487)	(80.712)	(289.662)
Diferimento custos de transação	(24.000)	-	(24.000)	(24.000)	-	-	(24.000)
Amortização custos de transação	9.485	797	10.282	9.485	797	-	10.282
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.042.532</b>	<b>828</b>	<b>3.043.360</b>	<b>3.211.739</b>	<b>828</b>	<b>915.361</b>	<b>4.127.928</b>
Ingressos	2.200.000	-	2.200.000	2.200.000	-	-	2.200.000
Encargos financeiros	250.568	-	250.568	265.120	-	23.126	288.246
Variação monetária	56.575	-	56.575	60.728	-	3.497	64.225
Pagamento de principal	(1.183.459)	-	(1.183.459)	(1.190.178)	-	(912.614)	(2.102.790)
Pagamento de encargos financeiros	(252.679)	-	(252.679)	(265.666)	-	(29.370)	(295.036)
Diferimento custos de transação	(42.027)	-	(42.027)	(43.580)	-	-	(43.580)
Amortização custos de transação	16.718	-	16.718	16.780	-	-	16.780
Demais movimentações	-	(828)	(828)	-	(828)	-	(828)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.088.228</b>	<b>-</b>	<b>4.088.228</b>	<b>4.254.945</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.254.945</b>

**16.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:**

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (I)	Vencimento	Finalidade
Controladora	4ª Emissão (3ª série)	301.758	15/12/2015	IPCA + 8,43%	Semestrais	Única	-	Dezembro de 2020	Modernizar e/ou recapitar os equipamentos das usinas.
Controladora	5ª Emissão Debêntures	180.000	15/12/2016	IPCA + 6,54%	Anual	Anual	99.682	Dezembro de 2022	Modernizar e/ou recapitar os equipamentos das usinas.
Controladora	6ª Emissão (1ª série)	1.000.000	15/04/2017	CDI + 0,90%	Semestrais	Anual	(ii) 341.190	Abril de 2021	Pré-pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da 4ª emissão de debêntures
Controladora	6ª Emissão (2ª série)	-	-	IPCA + 6,78%	Semestrais	Anual	173.532	Abril de 2023	-
Controladora	7ª Emissão (1ª série)	1.250.000	15/02/2018	CDI + 0,52%	Única	Única	(i) 500.000	Fevereiro de 2020	Reforço de capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Emissora
Controladora	7ª Emissão (2ª série)	-	-	CDI + 1,30%	Semestrais	Anual	375.000	Fevereiro de 2022	-
Controladora	8ª Emissão Debêntures	200.000	15/05/2018	IPCA + 6,02%	Semestrais	Semestral	217.005	Maio de 2030	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas ao Complexo Boa Hora
Controladora	9ª Emissão Debêntures (1ª série)	-	-	CDI + 1,00%	Semestrais	Anual	1.380.000	Março de 2026	Reforço de capital de giro e pré-pagamento da 6ª emissão de debêntures
Controladora	9ª Emissão Debêntures (2ª série)	2.200.000	15/03/2019	IPCA + 4,71%	Semestrais	Anual	654.318	Março de 2027	-
Controladora	9ª Emissão Debêntures (3ª série)	-	-	IPCA + 4,71%	Anual	Anual	182.601	Março de 2028	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementação dos projetos Guaimbê e AGV
AES Tietê Eólica	Repasso BNDES	-	-	TJLP + 2,88% a.a.	-	-	(iii) 649.306	Março de 2029	-
AES Tietê Eólica	Repasso BNDES (Banco do Brasil)	1.044.100	15/12/2014	TJLP	Mensal	Mensal	(iii) 245.475	Dezembro de 2031	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
AES Tietê Eólica	BNDES (Subcrédito Social)	-	-	TJLP + 2,60% a.a.	-	-	(iii) 4.100	-	-
AES Tietê Eólica	Debêntures de Infraestrutura	146.000	15/12/2014	IPCA + 7,61% a.a. (1ª série) IPCA + 7,87% a.a. (2ª série)	Semestral	Semestral	89.322 78.390	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II

(i) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo da dívida. Em abril de 2019, parte dos recursos obtidos por meio da 1ª série da 9ª emissão de debêntures foram destinados ao resgate antecipado facultativo total da 1ª série da 6ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$682.957 (R\$682.380 de principal e R\$577 de juros), com o consequente pagamento de prêmio de resgate antecipado, no montante de R\$6.122 (vide nota explicativa nº 28), e ao resgate antecipado obrigatório total das debêntures da 1ª série da 7ª emissão, no montante de R\$540.280 (R\$500.000 de principal e R\$40.280 de juros). O resgate antecipado facultativo foi realizado para alongamento da dívida e obtenção de melhores condições de taxa.

(iii) Os recursos aportados pela Companhia para a controlada Nova Energia por meio de AFAC, no montante de R\$854.409 (vide nota explicativa nº 11), foram utilizados para os seguintes resgates antecipados: (i) financiamento com o BNDES, no valor total de R\$653.406; e (ii) financiamento mediante repasse do BNDES, realizado com o Banco do Brasil, no valor total de R\$245.475.

Todas as emissões da Controladora são quirografárias, não possuindo garantias, com exceção da 8ª emissão de debêntures, que contém: (i) garantia fidejussória prestada pelas SPE's do Complexo solar de Boa Hora; (ii) penhor de ações das referidas SPE's; e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios. Além disso, a debênture conta também com uma conta reserva relacionada ao pagamento das debêntures e com uma conta de complementação do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") (vide nota explicativa nº 9), para que no caso de descumprimento deste índice, a Controladora possa complementá-lo e, consequentemente, atingindo seu cumprimento.

**16.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:**

	Controladora				Consolidado				
	2019		2018		2019		2018		
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
<b>Moeda nacional</b>									
CDI	2.172.796	52,31	1.992.772	64,63	2.172.796	50,28	1.992.772	47,81	
IPCA	1.980.702	47,69	1.089.721	35,34	2.148.910	49,72	1.258.928	30,21	
TJLP	-	-	-	-	-	-	915.361	21,96	
Taxa fixa	-	-	828	0,03	-	-	828	0,02	
<b>Total</b>	<b>4.153.498</b>	<b>100,00</b>	<b>3.083.321</b>	<b>100,00</b>	<b>4.321.706</b>	<b>100,00</b>	<b>4.167.889</b>	<b>100,00</b>	

**16.5 Vencimentos das parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:**

	Debêntures	Custos de transação	Total
2021	52.881	(8.352)	44.529
2022	524.638	(8.296)	516.342
2023	687.216	(7.122)	680.094
2024	211.618	(6.689)	204.929
2025	36.160	(7.164)	28.996
Após 2025	2.335.237	(16.986)	2.318.251
	<b>3.847.750</b>	<b>(54.609)</b>	<b>3.793.141</b>

**16.6 Variação dos indexadores utilizados para atualização das debêntures, empréstimos e financiamentos**

	2019	2018
CDI (i)	4,40%	6,40%
TJLP (i)	5,57%	6,98%
IPCA (ii)	4,31%	3,75%

(i) Índice do último dia útil do período

(ii) Índice acumulado dos últimos 12 meses

**16.7 Compromissos financeiros - "Covenants"**

Como forma de monitoramento da situação financeira pelos credores da Companhia, são utilizados *covenants* financeiros nos contratos das debêntures, empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, conforme definidos nos contratos, a Companhia e sua controlada indireta Tietê Eólica acompanham *covenants* qualitativos. Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

Emissões - AES Tietê Energia S.A.	Objetivo	Covenant	Covenant apurado em 31/12/2019
4ª, 5ª e 6ª Emissões	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado (i) dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 3,5x$ ou $\leq 3,85x$ em caso de Aquisição de Ativos pela emissora, durante o período de 36 meses ou até a data de vencimento, o que ocorrer primeiro	2,79x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,5x$	3,00x
7ª Emissão	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,0x$ , sendo que em caso de Evento de Investimento (ii) pela emissora, o índice assume os seguintes limites: (a) $\leq 4,5x$ durante o período de 12 meses; (b) $\leq 4,25x$ do 13º ao 24º mês; e (c) $\leq 4,0x$ até a data de vencimento	2,79x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,5x$	3,00x
8ª Emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa das SPEs do Complexo Solar de Boa Hora pelo serviço da dívida da 8ª Emissão da Companhia. A periodicidade da verificação deste índice é anual, com base nas demonstrações contábeis dessas SPEs e da Companhia.	ICSD: $\geq 1,2x$	Atendido (iii)
9ª Emissão	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$	2,79x
	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$	3,00x
Emissões - AES Tietê Eólica S.A.	Objetivo	Covenant	Covenant apurado em 31/12/2019
1ª Emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social.	ICSD: $\geq 1,3x$	Atendido (iv)

(i) EBITDA ajustado: significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil da Emissora na linha "Resultado antes dos tributos sobre o lucro" (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada. No caso de uma aquisição de ativos, o cálculo e a verificação do índice financeiro deverá considerar o EBITDA Ajustado proforma do ativo adquirido, consolidado com o da Emissora, relativo aos 12 meses anteriores à data de liquidação da respectiva aquisição de ativos.

(ii) Evento de investimento: Significa uma aquisição, pela Emissora, direta ou indiretamente, de qualquer participação societária, inclusive por meio de subscrição ou compra e venda de valores mobiliários, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, ou outros investimentos pela Emissora para a construção ou desenvolvimento de projetos de geração, armazenamento, comercialização e/ou gestão de energia, inclusive em decorrência de leilões de energia elétrica.

(iii) O ICSD deve ser igual ou superior a 1,2 vez e, conforme depósito em conta de complementação do ICSD no montante de R\$26.000, em janeiro de 2020, valor necessário para que o ICSD fosse maior ou igual a 1,2 vez, conforme previsto na escritura de emissão e no contrato de cessão fiduciária, em 31 de dezembro de 2019, primeira data de apuração do ICSD, este índice financeiro foi cumprido. Em função do complemento ter sido realizado em janeiro de 2020, não houve registro nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019. Em 2020, este montante será apresentado como uma garantia de financiamento, na nota explicativa nº 9.

(iv) Condições Restritivas: A controlada indireta Tietê Eólica possui debênture de infraestrutura com cláusulas de condições restritivas, tais

como não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, acima do dividendo mínimo obrigatório, que representa de 1% do lucro líquido ajustado, salvo se expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em AGD, ou se atendidos os seguintes itens: (i) preenchidas as contas pagamento debêntures, contas reservas de debêntures e O&M; (ii) atingido o ICSD mínimo de 1,30 vez; e (iii) geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas de 1.430.475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à distribuição pretendida; e (iv) verificação do *completion* físico LER 2010 e *completion* Físico LEN 2011. Uma vez que todos os itens acima forem cumpridos, a Companhia poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, acima do mínimo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2019, este índice financeiro foi cumprido.

**17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

Na adoção inicial do pronunciamento CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, a Companhia optou por utilizar o método retrospectivo modificado, sem representar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração foram segregados entre aluguel de terrenos (284 contratos) e aluguel de sedes administrativas (2 contratos). Para esses arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconheceu um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Até 31 de dezembro de 2018, os pagamentos eram reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia empregou os seguintes critérios: (i) contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses; (ii) contratos de arrendamento de valor relevante.

No reconhecimento inicial, para determinação do valor justo de arrendamento, aplicou-se as taxas de desconto nominal de 13,93% e 14,85% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, das sedes administrativas e terrenos, respectivamente, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento, da autorização ou da concessão, o que for menor.

Durante o exercício de 2019, considerando as reduções da taxa básica de juros (SELIC), a Companhia e suas controladas redefiniram as taxas para as sedes e terrenos, sendo 8,67% e 10,08% a.a., respectivamente, mensurando assim o novo valor presente do passivo de arrendamento.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019, a FUNCESP indicou um déficit no plano BD de R\$8.385 (R\$17.869 em 31 de dezembro de 2018). Não foi proposto plano para equacionamento, pois este resultado está abaixo do limite estabelecido pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, que para o exercício de 2019 é de R\$16.578 (R\$19.919).

Vale ressaltar que existem duas formas de apuração de resultados desse plano: a que a Companhia calcula para atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e a calculada pelo administrador do plano para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Os números são diferentes, pois os cálculos seguem metodologias e premissas distintas. O Benefício Suplementar Proporcional Saldo (BSPS) é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano. Em 31 de dezembro de 2019, esse plano apresentou superávit técnico pela Funcesp de R\$22.186 (R\$12.673 em 31 de dezembro de 2018).

### 18.1 Ativos e passivos atuariais

	Consolidado	
	2019	2018
Valor presente das obrigações atuariais	538.210	433.263
Valor justo dos ativos do plano	(449.209)	(401.124)
<b>Total do passivo (ativo) registrado</b>	<b>89.001</b>	<b>32.139</b>

### 18.2 Movimentações do valor presente das obrigações atuariais

	Consolidado	
	2019	2018
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	433.263	372.169
Custo dos serviços correntes	3.850	3.118
Custo dos juros	40.496	36.650
Contribuições dos empregados	1.826	1.635
Benefícios pagos	(23.575)	(21.255)
Perda (Ganho) atuarial	82.350	40.946
<b>Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício</b>	<b>538.210</b>	<b>433.263</b>

### 18.3 Movimentações do valor justo dos ativos do plano

	Consolidado	
	2019	2018
Valor dos ativos do plano no início do exercício	401.124	368.215
Contribuição do empregador	1.505	1.346
Ganho atuarial nos ativos do plano	30.787	14.787
Contribuições dos empregados	1.826	1.635
Rendimento esperado dos ativos do plano	37.542	36.396
Benefícios pagos	(23.575)	(21.255)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>449.209</b>	<b>401.124</b>

### 18.4 Despesas reconhecidas no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo dos serviços correntes	3.850	3.118	3.850	3.118
Custo dos juros	40.496	36.650	40.496	36.650
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(37.542)	(36.396)	(37.542)	(36.396)
<b>Total das despesas benefício definido</b>	<b>6.804</b>	<b>3.372</b>	<b>6.804</b>	<b>3.372</b>
Contribuição definida	1.291	1.430	1.278	1.459
<b>Total da despesa no exercício</b>	<b>8.095</b>	<b>4.802</b>	<b>8.082</b>	<b>4.831</b>

### 18.5 Movimentações do passivo (ativo) registrado

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	32.139	3.954
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	6.804	3.372
Pagamentos de contribuições	(1.505)	(1.346)
Ajuste de avaliação atuarial (remensurações) (i)	51.563	26.159
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>89.001</b>	<b>32.139</b>

(i) O aumento significativo deve-se à redução taxa de desconto real, conforme poderá ser calculada com as informações divulgadas na nota explicativa nº 18.8.

### 18.6 Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	(24.993)	1.166
Perda atuarial gerado pela taxa de desconto	(80.293)	(17.700)
Ganho (perda) atuarial gerada pela experiência demográfica	(2.177)	(23.246)
Ganho (perda) atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	30.787	14.787
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(76.676)</b>	<b>(24.993)</b>

### 18.7 Composição dos investimentos do plano por segmento

	Distribuição dos investimentos			Limite de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	Mensuração do valor justo	2019	2018	
Renda fixa	Nível 2	73,76%	78,52%	até 100%
Renda variável	Nível 2	17,91%	15,14%	até 70%
Empréstimos a participantes	Nível 2	1,16%	1,39%	até 15%
Investimentos estruturados	Nível 2	3,14%	2,13%	até 20%
Investimento no exterior	Nível 2	0,87%	0,79%	até 10%
Imóveis	Nível 3	3,16%	2,03%	até 8%
<b>Total</b>		<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	

### 18.8 Premissas atuariais utilizadas

	2020			2019			2018		
<b>a) Premissas econômicas:</b>									
<b>a1) Determinação do passivo atuarial:</b>									
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial		N/A	7,74%		7,74%		9,62%		
Índice estimado de aumento nominal dos salários		N/A	6,60%		7,11%		7,11%		
Taxa estimada de inflação no longo prazo		N/A	4,00%		4,50%		4,50%		
Taxa nominal de reajuste de benefícios		N/A	4,00%		4,50%		4,50%		
<b>a2) Determinação da despesa atuarial:</b>									
Taxa de desconto nominal		7,74%	9,62%		10,14%		10,14%		
Índice estimado de aumento nominal dos salários		6,60%	7,11%		7,11%		7,11%		
Taxa estimada de inflação no longo prazo		4,00%	4,50%		4,50%		4,50%		
Taxa nominal de reajuste de benefícios		4,00%	4,50%		4,50%		4,50%		

### 18.9 Estimativa da despesa de benefício definido para o exercício de 2020

	2020
Custo dos serviços correntes	4.469
Custo dos juros	40.588
Rendimento esperado dos ativos do plano	(33.844)
<b>Total da despesa projetada para o exercício</b>	<b>11.213</b>

### 18.10 Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto no valor presente da obrigação atuarial em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,25%. O resultado da análise quantitativa está demonstrado abaixo.

Hipóteses	Índice estimado de aumento nominal dos salários	Taxa nominal de reajuste de benefícios	Taxa estimada de inflação de longo prazo	Taxa de desconto
Nível de sensibilidade	(+0,25%)	(+0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Impacto na obrigação de benefício definido	3.181	18.579	-	(16.921)
Total da obrigação de benefício definido	541.391	556.789	538.210	538.210
			521.289	556.059

### 18.11 Outras informações sobre as obrigações atuariais

As contribuições da patrocinadora esperadas para o exercício de 2019 correspondem a R\$1.678 (R\$1.283 em 31 de dezembro de 2018).

A média ponderada da duração média da obrigação do plano de benefício definido no final do exercício é de 13,05 anos (11,76 anos em 31 de dezembro de 2018).

Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes:

	2019
1 ano	27.631
Entre 2 e 5 anos	129.551
Após 5 anos	199.564
<b>Total de pagamentos esperados do plano</b>	<b>356.746</b>

### 18.12 Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a Companhia possui plano de contribuição definida administrado pelo Itaú previdência e MetLife. Nessa modalidade, os benefícios são obtidos pela conversão dos saldos acumulados pelo participante e pelo patrocinador em seu nome, de acordo com a sua opção de renda. Este plano não gera para a Companhia obrigações legais nem constitutivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

### 18.13 Participantes dos planos de aposentadoria

	Consolidado	
	2019	2018
Participantes ativos	251	256
Participantes aposentados e pensionistas	424	412
Participantes coligados e autopatrocinados	61	59
<b>Total de participantes</b>	<b>736</b>	<b>727</b>

## 19. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

### 19.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas. As estimativas e premissas utilizadas no registro das provisões para processos judiciais e outros são revisadas, no mínimo, trimestralmente. As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados		Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Trabalhista (a)</b>	3.669	5.161	1.057	3.895	3.669	5.161	1.057	3.895
<b>Meio ambiente (b)</b>	741	1.877	-	-	741	1.877	-	-
<b>Regulatório (c)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda no repasse da energia de Itaipu (c.1)	36.031	33.984	-	-	36.031	33.984	-	-
Despacho 288 (c.2)	37.893	36.441	-	-	37.893	36.441	-	-
<b>Fiscal (d)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	5.997	5.878	-	-	5.997	5.878	-	-
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	13.830	9.611	13.689	9.070	13.830	9.611	13.689	9.070
<b>Cível (e)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Arbitragens (e)	-	-	-	-	39.752	32.477	-	-
Outros processos cíveis	3.794	3.472	-	-	3.794	3.472	-	-
<b>Total</b>	<b>101.955</b>	<b>96.424</b>	<b>14.746</b>	<b>12.965</b>	<b>141.707</b>	<b>128.901</b>	<b>14.746</b>	<b>12.965</b>
<b>Circulante</b>	3.594	3.933	-	-	43.346	36.410	-	-
<b>Não Circulante</b>	98.361	92.491	14.746	12.965	98.361	92.491	14.746	12.965
<b>Total</b>	<b>101.955</b>	<b>96.424</b>	<b>14.746</b>	<b>12.965</b>	<b>141.707</b>	<b>128.901</b>	<b>14.746</b>	<b>12.965</b>

O total de cauções e depósitos vinculados em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$15.212 (R\$13.735 em 31 de dezembro de 2018), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	2019				2018			
	Processos prováveis		Processos possíveis		Processos prováveis		Processos possíveis	
Trabalhista	1.057	165	301	1.523	3.895	211	559	4.665
Fiscal	13.689	-	-	13.689	9.070	-	-	9.070
Cível	-	-	19	19	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>14.746</b>	<b>165</b>	<b>320</b>	<b>15.231</b>	<b>12.965</b>	<b>211</b>	<b>559</b>	<b>13.735</b>

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como se segue:

	Controladora					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>4.820</b>	<b>2.051</b>	<b>59.762</b>	<b>9.687</b>	<b>3.125</b>	<b>79.445</b>
Provisão	1.982	100	-	5.231	-	7.313
Atualização monetária	527	-	3.219	571	347	4.664
Atualização cambial	-	-	7.444	-	-	7.444
Reversão de provisão	(613)	(274)	-	-	-	(887)
Pagamentos	(1.555)	-	-	-	(27.571)	(1.555)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.161</b>	<b>1.877</b>	<b>70.425</b>	<b>15.489</b>	<b>3.472</b>	<b>96.424</b>
Provisão	2.061	7	-	3.662	100	5.830
Atualização monetária	238	93	1.452	688	322	2.793
Atualização cambial	-	-	2.047	-	-	2.047
Reversão de provisão	(323)	(1.236)	-	-	-	(1.559)
Pagamentos	(3.468)	-	-	(12)	(100)	(3.580)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.669</b>	<b>741</b>	<b>73.924</b>	<b>19.827</b>	<b>3.794</b>	<b>101.955</b>

	Consolidado					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>4.820</b>	<b>2.051</b>	<b>59.762</b>	<b>9.687</b>	<b>61.125</b>	<b>137.445</b>
Provisão	1.982	100	-	5.231	-	7.313
Atualização monetária	527	-	3.219	571	2.395	6.712
Atualização cambial	-	-	7.444	-	-	7.444
Reversão de provisão	(613)	(274)	-	-	-	(887)
Pagamentos	(1.555)	-	-	-	(27.571)	(1,555)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.161</b>	<b>1.877</b>	<b>70.425</b>	<b>15.489</b>	<b>35.949</b>	<b>128.901</b>
Provisão	2.061	7	-	3.662	100	5.830
Atualização monetária	238	93	1.452	688	1.948	4.419
Atualização cambial	-	-	2.047	-	-	2.047
Reversão de provisão	(323)	(1.236)	-	-	-	(1,559)
Pagamentos (i)	(3.468)	-	-	(12)	(	





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Controles Internos**

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou procedimentos internos.

**Auditoria Interna**

A Companhia conta também com uma Gerência de Auditoria Interna, que atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

A Companhia realiza anualmente uma autoavaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a eficácia dos controles-chave implementados para garantir a exatidão das demonstrações contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação dos riscos associados. O resultado desta avaliação, bem como o status dos planos de ação é periodicamente comunicado à administração da Companhia e aos Conselhos Fiscal e de Administração.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades encontradas são remedeadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria da AES Corporation e pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Ética e Compliance**

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pela área de Ética e Compliance, cujo principal objetivo é "conhecer" os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

**Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**Risco de crédito**

Consta no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

**Contas a receber**

A partir de 1º de janeiro de 2016, as vendas de energia da Companhia estão sendo efetuadas para consumidores livres, comercializadoras, distribuidoras e geradoras por meio de contratos bilaterais e em contratos no ambiente regulado (leilões de energia), tanto no longo como no curto prazo. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito; Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a *bureaus* de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

As vendas realizadas no ambiente regulado possuem como garantia os recebíveis da parte contratante, os quais são firmados por meio de contratos de constituição de garantias.

**Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, *rating inferior* ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos. Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira receptora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	10.080	103.591	31.838	152.816
Investimentos de curto prazo	1.117.550	848.268	1.330.916	881.148
Contas a receber de clientes	265.505	391.117	355.583	451.900
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.723	-	2.723
Cauções e depósitos vinculados	90.829	105.051	154.332	233.555
<b>Total da exposição</b>	<b>1.483.964</b>	<b>1.450.750</b>	<b>1.872.669</b>	<b>1.722.142</b>

**Risco de gerenciamento de capital**

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 16)	4.088.228	3.043.360	4.254.945	4.127.928
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(10.080)	(103.591)	(31.838)	(152.816)
Investimentos de curto prazo (nota 4)	(1.117.550)	(848.268)	(1.330.916)	(881.148)
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.960.598</b>	<b>2.091.501</b>	<b>2.892.191</b>	<b>3.093.964</b>
Patrimônio líquido	1.451.170	1.523.474	1.451.170	1.523.474
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>204,01%</b>	<b>137,28%</b>	<b>199,30%</b>	<b>203,09%</b>

Do endividamento financeiro total consolidado em 31 de dezembro de 2019, 10,85% (2,93% em 31 de dezembro de 2018) era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 5,2 anos (4,2 anos em 31 de dezembro de 2018).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 16.7.

**Risco de liquidez**

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica "Debêntures" e "Passivo de arrendamento" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de dezembro de 2019	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.228.330	-	-	-	-
Debêntures	-	407.690	52.881	1.459.632	2.335.232
Passivo de arrendamento	-	1.063	1.159	4.163	56.346
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	38.867	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.267.197</b>	<b>408.753</b>	<b>54.040</b>	<b>1.463.795</b>	<b>2.391.578</b>

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2019.

**Riscos de mercado**

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

**Riscos de taxas de juros**

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI e IPCA, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs e fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

O montante consolidado de exposição líquida aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2019 é:

	2019
Caixa e equivalentes de caixa	20.693
Investimentos de curto prazo	1.330.916
Debêntures (nota 16)	(4.321.706)
<b>Total da exposição líquida</b>	<b>(2.970.097)</b>

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA, não contemplam os saldos de custos de transação.

**Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros**

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data-base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

**Risco de taxa de juros**

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; e a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e debêntures.

Aplicações financeiras	Risco	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano					
		Posição em 31.12.2019	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,16%	4,73%	6,31%	7,89%	9,47%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	20.693	654	979	1.306	1.633	1.960
Investimentos de curto prazo	CDI	1.330.916	42.057	62.952	83.981	105.009	126.038
<b>Impacto no resultado</b>			<b>42.711</b>	<b>63.931</b>	<b>85.287</b>	<b>106.642</b>	<b>127.998</b>

Dívidas	Risco	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano					
		Posição em 31.12.2019	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,16%	4,73%	6,31%	7,89%	9,47%
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	CDI	(768.544)	(34.593)	(46.816)	(59.117)	(71.417)	(83.718)
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série)	CDI	(1.404.252)	(58.861)	(81.128)	(103.537)	(125.946)	(148.355)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(93.454)</b>	<b>(127.944)</b>	<b>(162.654)</b>	<b>(197.363)</b>	<b>(232.073)</b>
IPCA			2,05%	3,08%	4,11%	5,13%	6,16%
Debêntures - 1ª Emissão (1ª Série)	IPCA	(89.582)	(8.793)	(9.786)	(10.775)	(11.762)	(12.755)
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(78.626)	(7.927)	(8.800)	(9.670)	(10.539)	(11.412)
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	IPCA	(358.528)	(38.193)	(42.197)	(46.193)	(50.187)	(54.171)
Debêntures - 5ª Emissão	IPCA	(199.865)	(17.436)	(19.830)	(21.813)	(23.995)	(26.188)
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(351.887)	(31.561)	(35.431)	(39.283)	(43.134)	(47.004)
Debêntures - 8ª Emissão	IPCA	(218.521)	(17.904)	(20.291)	(22.666)	(25.040)	(27.426)
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(662.227)	(45.475)	(52.628)	(59.748)	(66.864)	(74.017)
Debêntures - 9ª Emissão (3ª Série)	IPCA	(188.674)	(12.937)	(14.971)	(16.997)	(19.021)	(21.056)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(180.226)</b>	<b>(203.734)</b>	<b>(227.135)</b>	<b>(250.522)</b>	<b>(274.029)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(230.969)</b>	<b>(267.747)</b>	<b>(304.502)</b>	<b>(341.243)</b>	<b>(378.104)</b>

**Risco de moeda estrangeira**

Com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio incidentes em compromissos futuros, as controladas AGV e Inova contrataram instrumentos financeiros derivativos (*Non-Deliverable Forward* (NDF) - vide nota nº 30.2). A taxa média de câmbio considerada para o dólar na data-base de 31 de dezembro de 2019 foi obtida na Bloomberg, no valor de R\$4,03.

Instrumentos	Risco	Projeção Resultado Financeiro - 01 ano					
		Posição em 31.12.2019	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)	Dólar	(281)	(6.523)	(3.396)	(281)	2.860	5.988
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(6.523)</b>	<b>(3.396)</b>	<b>(281)</b>	<b>2.860</b>	<b>5.988</b>

**Risco de aceleração de dívidas**

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures, empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa, outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2019 (vide nota explicativa nº 16.7).

A não observância dos índices financeiros por dois trimestres consecutivos, verificados trimestralmente, exceto para 8ª Emissão da AES Tietê Energia e 1ª Emissão da AES Tietê Elétrica que têm suas verificações anuais, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

**Outros riscos considerados relevantes**

**Risco de regulação**

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico serão reembolsados pelo Poder Concedente, bem como aqueles realizados após a assinatura do contrato de concessão que não estiverem totalmente depreciados ao final da concessão. No entanto, há risco dos investimentos realizados em modernização e reformas desfe da licitação da Companhia não serem reconhecidos pelo Poder Concedente e, portanto, não indenizados, uma vez que a regulamentação vigente, publicada para usinas que tiveram sua concessão renovada, ainda não se aplica à Companhia.

Desde julho de 2017, discute-se no setor elétrico uma modernização de seu marco regulatório, o qual passa por propostas específicas capazes de instrumentalizar os conceitos em medidas efetivas de modernização e racionalização econômica do setor elétrico, considerando decisões que

orientam a reforma e elementos de coesão, aumento da flexibilidade de aspectos do modelo do setor elétrico, alocação adequada de custos entre os agentes e medidas de sustentabilidade. Atualmente, há três frentes de discussão através do Projeto de Lei 1.917/2015, do Projeto de Lei do Senado 232/2016 e do Grupo de Trabalho do Ministério de Minas e Energia de Modernização do Setor Elétrico. Dentre os itens constantes nos instrumentos citados estão a racionalização de subsídios do setor, incluindo a retirada dos descontos nas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) ou Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para fontes incentivadas, a abertura do Mercado Livre de Energia, a formação de preço, a mudança de contratação de energia do setor elétrico por produtos com características diversas (Lastro e Energia) e outros. A Companhia está acompanhando todos os processos e contribuindo ativamente para garantia de estabilidade regulatória e condições sustentáveis de transição.

**(c.2)**

**Risco hidrológico**

**Geração hidrelétrica no Brasil**

A energia produzida pelas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é constituído pelas regiões Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País. As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o País.

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerado pelas usinas hidrelétricas depende do índice pluviométrico (vazões) e do volume acumulado de água em seus reservatórios, que determinam o despacho otimizado do ONS. O SIN possibilita que toda energia gerada no sistema seja transmitida e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre as regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas.

De acordo com as regras do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o volume total de energia hidrelétrica gerada pelos participantes do mecanismo é alocado para cada uma destas usinas hidrelétricas, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física. Essa alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE atinjam seus níveis de garantia física, independentemente da produção individual de cada planta. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantias física e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, designado "Energia Secundária", é alocado proporcionalmente entre os geradores. A energia secundária alocada será liquidada no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Da mesma forma, quando a geração de energia for inferior à garantia física total das usinas hidrelétricas do MRE, tal déficit também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do mecanismo, através do GSF, efeito este conhecido como "Rebaixamento" da garantia física no MRE, podendo resultar em exposições no mercado de curto prazo ao PLD.

Nas situações acima também pode ocorrer da alocação de energia no MRE se dar em um submercado distinto daquele onde a energia é gerada, o que pode ou não criar exposições à diferença entre o PLD dos submercados onde a usina se localiza e de origem da energia alocada. Tais exposições, sejam positivas ou negativas, dispõem de um tratamento específico e estão sujeitas a um mecanismo de alívio financeiro e podem ser reduzidas ou eliminadas, dependendo da contabilização de curto prazo do mês em que se configurarem. Tal tratamento de exposições está, atualmente, em processo público na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Consulta Pública nº 33/2019, que ainda não foi concluída.

**Impactos da retração de geração hidrelétrica no MRE/GSF**

O despacho hidrelétrico é definido pelo ONS, cujo modelo tem como objetivos principais o atendimento da carga e a minimização do custo total de operação do sistema. Os geradores hidrelétricos devem manter suas usinas disponíveis para serem despachadas pelo ONS e não têm poder de decisão sobre o nível de energia gerada. Dessa forma, o risco resultante desse modelo de operação centralizada é compartilhado apenas entre os geradores hidrelétricos por meio do MRE.

No entanto, considerando a mudança da matriz energética, com maior participação das fontes renováveis (eólica, biomassa e solar) e de fatores que estão fora do controle dos geradores, tais como o despacho fora da ordem de mérito, a antecipação da Garantia Física de usinas estruturantes, a retração do consumo e a importação de energia de países vizinhos, os geradores hidrelétricos ficam expostos, de forma involuntária, a um risco muito superior ao previamente considerado em suas estratégias de contratação.

Assim, desde 2014, o MRE ganhou mais notoriedade no setor elétrico, quando o GSF passou a registrar, mês após mês, um número menor do que 1, isto é, a produção total das hidrelétricas do MRE ficou continuamente abaixo da soma das respectivas garantias físicas, que indica o nível de rebaixamento das garantias físicas das usinas hidrelétricas para efeito da contabilização na CCEE, gerando exposição dos geradores hidrelétricos ao mercado.

A APINE obteve em 1º de julho de 2015, uma liminar favorável a todas as geradoras elétricas representadas pela associação, entre elas a Companhia, que impede que o GSF seja alocado aos geradores detentores da liminar nas próximas liquidações financeiras da CCEE. Durante o ano de 2018, foram postos embargos de declaração pela APINE e ANEEL, além de decisão de 1ª instância pelo Tribunal. Diante disso, em 07 de maio de 2018, o Tribunal acatou o pedido da APINE e, conseqüentemente, determinou que a CCEE fique impossibilitada de apurar, mensalmente, os efeitos do GSF no MRE, aos integrantes da ação judicial. Atualmente, aguarda-se o julgamento do mérito das apelações interpostas pela ANEEL e APINE. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 19.4.

Adicionalmente, conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de mérito da ação é classificada como possível. Contudo, em relação a um futuro desembolso de caixa, esse processo é classificado como provável.

Paralelamente, em prol da solução para a problemática supracitada, houve o Projeto de Lei (PL) nº 10.332, que versou sobre a repactuação do GSF e o ressarcimento dos riscos nos hidrologicos aos geradores que participam do MRE por meio de compensações como extensão das concessões e Encargos de Serviço do Sistema (ESS).

São três os principais riscos que estão previstos para serem ressarcidos aos geradores: despacho fora da ordem de mérito (GFOM), atraso/restrição de transmissão do escoamento da energia dos projetos estruturantes (Santo Antonio, Jirau e Belo Monte) e, motorização acelerada da entrada em operação comercial das máquinas destes projetos estruturantes, que aumentou a garantia física dos mesmos sem a correspondente geração de energia. Os efeitos no GSF da GFOM deverão ser ressarcidos de forma retroativa a 2013 e os demais riscos ao início dos respectivos efeitos (2012 ou posterior).

Após aprovação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	248.336	194.935	271.779	278.658
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	4.343	1.647	23.257	9.694
<b>Total de pagamento de juros</b>	<b>252.679</b>	<b>196.582</b>	<b>295.036</b>	<b>288.352</b>

### 32.2 Atividade de financiamento

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado		Total
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.458.404</b>	<b>11.646</b>	<b>2.470.050</b>	<b>3.589.621</b>	<b>11.646</b>
<b>- Itens que afetam o fluxo de caixa</b>					
Ingressos	1.450.000	—	1.450.000	1.450.000	—
Pagamentos de principal (900.592)	(270.061)	—	(1.170.653)	(960.904)	(270.061)
Diferimento custos de transação (24.000)	—	—	(24.000)	(24.000)	—
Pagamento de encargos financeiros (i) (194.935)	—	—	(194.935)	(278.658)	—
Juros capitalizados (nota 28) (1.647)	—	—	(1.647)	(11.004)	—
<b>- Itens que não afetam o fluxo de caixa</b>					
Encargos de dívida (nota 28) 218.964	—	—	218.964	312.109	—
Variação monetária 36.744	—	—	36.744	50.342	—
Arrendamento financeiro 422	—	—	422	422	—
Destinação de dividendos —	300.201	—	300.201	—	300.201
Prescrição de dividendos (nota 23) —	(201)	—	(201)	—	(201)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.043.360</b>	<b>41.585</b>	<b>3.084.945</b>	<b>4.127.928</b>	<b>41.585</b>
<b>- Itens que afetam o fluxo de caixa</b>					
Ingressos	2.200.000	—	2.200.000	2.200.000	—
Pagamentos de principal (1.183.459)	(324.142)	—	(1.507.601)	(2.102.790)	(324.142)
Diferimento custos de transação (42.027)	—	—	(42.027)	(43.580)	—
Pagamento de encargos financeiros (i) (248.336)	—	—	(248.336)	(271.779)	—
Juros capitalizados (nota 28) (4.343)	—	—	(4.343)	(23.257)	—
<b>- Itens que não afetam o fluxo de caixa</b>					
Encargos de dívida 267.286	—	—	267.286	305.026	—
Variação monetária 56.575	—	—	56.575	64.225	—
Arrendamento financeiro —	—	—	—	—	—
Destinação de dividendos —	321.944	—	321.944	—	321.944
Prescrição de dividendos (nota 23) —	(520)	—	(520)	—	(520)
Demais movimentações (828)	—	—	(828)	—	(828)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.088.228</b>	<b>38.867</b>	<b>4.127.095</b>	<b>4.254.945</b>	<b>38.867</b>

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

### 33. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Posição em 31 de dezembro de 2019	Controladora					
	2020	2021	2022	2023	2024	após 2025
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	8.169	8.169	8.169	8.169	8.169	49.016
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	149.523	149.523	149.523	149.523	149.523	897.139
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	58.287	58.287	58.287	58.287	58.287	349.720
Encargos de conexão	2.936	2.936	2.936	2.936	2.936	17.618
Modernização e manutenção de usinas	69.222	30.243	20.052	13.332	2.965	—
Contratos de compra de energia	137.863	117.324	100.869	10.087	—	—
<b>Total</b>	<b>426.000</b>	<b>366.482</b>	<b>339.836</b>	<b>242.334</b>	<b>221.880</b>	<b>1.313.493</b>

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>Julian Jose Nebreda Marquez</b> - Presidente	<b>Susan Pasley Keppelman Harcourt</b>	<b>Leonardo Eleutério Moreno</b>
<b>Charles Lenzi</b> - Vice-Presidente	<b>Francisco Jose Morandi Lopez</b>	<b>Krista Sweigart</b>
	<b>Berned Raymond Da Santos Ávila</b>	<b>Sérgio Eduardo Weguelin Vieira</b>
		<b>Franklin Lee Feder</b>
		<b>Valdeci Goulart</b>

### DIRETORIA

<b>Ítalo Tadeu de Carvalho Freitas Filho</b> Diretor Presidente	<b>Clarissa Della Nina Sadock Accorsi</b> Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores
--	--

### CONTADOR

<b>Hugo Satoru Nagae</b> CRC 1SP329701/O-6
---

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da AES Tietê Energia S.A. ("Companhia"), dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, com base nos seus trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício e nas informações e esclarecimentos dos auditores independentes e considerando, ainda, o Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes, opina que as demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas, o relatório da administração e a proposta da administração da Companhia para a destinação do resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em todos os seus aspectos relevantes, estão em condições de disponibilizados para apreciação dos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária prevista para ocorrer em 29 de abril de 2020.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020

<b>Mário Shinzato</b>	<b>Raimundo Cláudio Batista</b>	<b>André Eduardo Dantas</b>	<b>Carlos Eduardo Teixeira Taveiros</b>	<b>Robert Juennemann</b>
-----------------------	---------------------------------	-----------------------------	---	--------------------------

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

**AES Tietê Energia S/A**

São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Tietê Energia S/A (Companhia) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

*Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais*

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

*Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas*

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas" incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

*Cláusulas financeiras restritivas ("Covenants")*

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui o montante de R\$4.254.945 mil no consolidado referente a empréstimos e financiamentos obtidos e a emissão de debêntures, cujos contratos incluem cláusulas restritivas ("covenants"), as quais são baseadas, principalmente, em índices de dívida líquida, EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) e Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD). Este assunto está divulgado na nota 16 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o eventual descumprimento dos *covenants* pode resultar na declaração de vencimento antecipado de um ou mais passivos, de forma que a Companhia possa ser requerida a antecipar de imediato o pagamento dos saldos devidos, impactando de forma significativa sua posição patrimonial, financeira e de liquidez.

Com o objetivo de monitorar o cumprimento de *covenants*, para os períodos subsequentes ao fechamento de 31 de dezembro de 2019, a Administração elaborou análises de cenários, que incluem determinados eventos futuros, como a possibilidade de pagamento do contas a pagar referente ao Rebaixamento hidrelétrico - *Generation Scaling Factor* (GSF), conforme divulgado na nota 19.4, que poderiam acarretar no descumprimento dos *covenants*. As projeções da Companhia contendo o cenário determinado pela Administração como o mais provável, não indica quaisquer descumprimentos de *covenants* nos próximos períodos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros (i) o entendimento e teste de controle relevante identificado pela Companhia para monitoramento e apuração dos índices financeiros, assim como na elaboração dos estudos e construção de cenários para avaliação das probabilidades de descumprimento dos *covenants*; (ii) o entendimento dos termos contratuais que determinam as cláusulas restritivas firmadas junto às instituições financeiras e agentes fiduciários; (iii) o teste matemático das premissas determinadas nos contratos para o cálculo dos *covenants*; e (iv) avaliação da divulgação destes assuntos nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria acima efetuados sobre as cláusulas contratuais restritivas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os procedimentos determinados pela Administração para monitoramento do cumprimento dos *covenants*, assim como as respectivas divulgações na nota 16.7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

*Reconhecimento e mensuração de aquisições*

O processo de aquisição de ativos da AES Tietê Inova Soluções de Energia I Ltda e AES Tietê Inova Soluções de Energia II Ltda, sociedades de propósitos específicos (SPE's), foi concluído em 4 de setembro de 2019, após as condições precedentes da operação terem sido atendidas, data em que a titularidade das ações foi transferida e o controle das SPE's foi assumido, pela controladora direta AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda. e indiretamente pela Companhia. Este assunto está divulgado nas notas 1.4 e 2 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido em geral, à complexidade dos processos de aquisições e investimentos, a avaliação do adequado tratamento contábil da operação, combinados a um elevado grau de julgamento pela Administração na análise de premissas e determinação do valor dos ativos adquiridos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, (i) a leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como contratos e atas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em *valuation* para nos auxiliar na análise da metodologia utilizada para mensuração a valor dos ativos adquiridos, e da razoabilidade das premissas utilizadas e cálculo efetuados, confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado; (iii) avaliação da análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas e sua relevância em relação às demonstrações contábeis como um todo; e (iv) avaliação das divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020

<b>Ítalo Tadeu de Carvalho Freitas Filho</b> Diretor Presidente	Diretores:	<b>Clarissa Della Nina Sadock Accorsi</b> Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores
--	------------	--

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020

<b>Ítalo Tadeu de Carvalho Freitas Filho</b> Diretor-Presidente	Diretores:	<b>Clarissa Della Nina Sadock Accorsi</b> Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores
--	------------	--

Posição em 31 de dezembro de 2019	Consolidado						após 2025	Total
	2020	2021	2022	2023	2024			
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	12.054	12.054	12.054	12.054	12.054	101.899	162.169	
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	166.248	166.248	166.248	166.248	166.248	1.311.665	2.142.905	
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	58.287	58.287	58.287	58.287	58.287	349.720	641.155	
Encargos de conexão	2.936	2.936	2.936	2.936	2.936	17.618	32.298	
Modernização e manutenção de usinas	91.659	52.680	42.489	35.769	25.402	—	247.999	
Contratos de compra de energia	137.863	117.324	100.869	10.087	—	—	366.143	
<b>Total</b>	<b>469.047</b>	<b>409.529</b>	<b>382.883</b>	<b>285.381</b>	<b>264.927</b>	<b>1.780.902</b>	<b>3.592.669</b>	

A Companhia não possui garantias prestadas a terceiros e linhas de crédito aprovadas e não sacadas em 31 de dezembro de 2019.

### 34. INVESTIMENTOS E GASTOS EM MEIO AMBIENTE

Do total de investimentos e despesas com meio ambiente em 2019, R\$17.637 (R\$10.850 em 31 de dezembro de 2018) foram registrados no resultado do exercício. A política de capitalização das despesas é efetuada com base nas instruções gerais do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE.

	Consolidado	
	2019	2018
Licenciamento e programas ambientais	14.612	8.961
Gestão Operacional	88	143
Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	2.840	725
Projetos de P&D	97	1.021
<b>Total</b>	<b>17.637</b>	<b>10.850</b>

A Companhia segue num constante engajamento e responsabilidade com as questões ambientais e busca excelência e embasamento sólido para o planejamento de suas ações.

Em 2019, a Companhia realizou a manutenção da certificação do sistema de gestão integrado na ISO 14001:2015 (Meio Ambiente) e implantou a ISO 45001:2018 (Segurança e Saúde do Trabalho), ambas com escopo de expansão para usinas hidrelétricas, solares e eólica, garantindo assim a padronização dos processos relacionados à Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente. Além disso, todas as usinas possuem licenças ambientais de operação válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes.

O engajamento da Companhia na questão das mudanças climáticas tem sido crescente. Em 2019, manteve a publicação do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Registro Público de Emissões e a participação nos Fóruns de Iniciativas Empresariais coordenadas pela Fundação Getúlio Vargas - Empresas pelo Clima (EPC). Respondeu o relatório CDP (Carbon Disclosure Project) Climate Change e Water Security e o Índice de Sustentabilidade (ISE) da BM&FBOVESPA, reportando informações relativas ao tema.

A Companhia desenvolve projetos que consolidam também seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da biodiversidade, sendo eles:

- O programa de manejo de flora o qual garante a produção de 1 milhão de mudas de espécies arbóreas nativas em viveiro próprio, com sementes coletadas em matrizes selecionadas nas bacias hidrográficas onde seus reservatórios estão instalados, mantendo em média a variedade de 120 espécies distintas, garantindo a biodiversidade florestal. O programa ainda auxilia projetos de restauração ecológica através de apoio técnico no diagnóstico das áreas, na indicação de metodologias viáveis e, principalmente, com a doação de mudas de árvores nativas;
- O programa de repovoamento dos reservatórios que tem como objetivo manter a biodiversidade da ictofauna nos reservatórios, bem como garantir a continuidade da atividade pesqueira pelas comunidades ribeirinhas. Dessa forma, mantém uma meta anual de produção de 2,5 milhões de alevinos de espécies nativas do rio Tietê nas unidades de hidrobiologia e aqüicultura, localizadas na Usina Hidroelétrica Promissão e na Usina Hidroelétrica Barra Bonita, promovendo a reprodução de seis espécies nativas (pacu-guaçu, curimatã, dourado, piracanjuba, tabarana e piapara), observadas durante o período da piracema (movimento migratório dos peixes em retorno às nascentes), as quais vêm apresentando registros de recuperação da população nos reservatórios;
- O programa de monitoramento da qualidade da água é essencial para o entendimento da estrutura e funcionamento desses ecossistemas aquáticos e das variações espaciais e temporais de longo prazo, buscando verificar a produtividade biológica dos reservatórios, estado trófico e a qualidade da água, através da avaliação das variações sazonais de parâmetros físicos, químicos e biológicos;
- O programa de monitoramento e conservação da fauna tem como objetivo caracterizar a fauna terrestre (mamíferos, aves, répteis e anfíbios), para a compreensão da situação atual, permitindo a avaliação das populações e do ecossistema.

O monitoramento e controle das bordas de reservatórios são realizados através de inspeções contínuas pela equipe técnica do Centro de Monitoramento de Reservatórios (CMR), através de sistema de detecção de mudanças, imagens de satélite, levantamentos aerofotogramétricos e fiscalizações de campo com equipe técnica especializada. O CMR utiliza sistemas e equipamentos de última geração, para mapeamento e cadastramento em campo, como sistema GIS e drones. O processo de restauração das bordas dos reservatórios vem sendo realizada por meio de reflorestamentos e pela remoção de ocupações irregulares. Critérios mais restritivos vêm sendo inseridos nos contratos de promessa e de uso de bordas de reservatórios, com base na legislação ambiental pertinente e ainda visando à prevenção de processos de degradação e poluição ambiental.

### 35. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição e adquiriu 8 SPE's relacionadas ao Projeto Tucano, no valor de R\$100.378. As novas Companhias serão usadas para construir o Parque Eólico e atender os PPA's de longo prazo de Unipar e Anglo. O projeto total tem a capacidade de energia eólica de 483,6 MW.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020

	<b>ERNST &amp; YOUNG</b> Auditores Independentes S.S. CRC - 2SP034519/O-6 Adilvo França Junior Contador CRC - 1BA021419/O-4-T-SP
--	--